



ZERO

FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC ANO XXV, NÚMERO 8

Nova rodada

Thiago Bora/AEF



À espera da combinação perfeita

Bingo preenche a cartela e o tempo dos aposentados

Para atrair os jogadores órfãos dos estabelecimentos fechados em 2005, grupos e igrejas organizam bingos beneficentes. O jogo, quando não explorado para enriquecimento pessoal, é liberado pela Justiça.

página 15

Laboratório

Falta de leis claras dificulta doação de corpos para ensino

Para estudar anatomia, alunos da área da saúde dependem do Instituto Médico Legal e do Serviço de Verificação de Óbito, instituições que doam os cadáveres. Mas a única legislação existente não regulamenta a distribuição de corpos entre as universidades.

páginas 6 e 7

Negócios

Pequenas cidades, grandes empresas

Em cerca de 150 municípios de Santa Catarina, mais da metade da arrecadação é gerada a partir da produção de uma única empresa, que emprega a maior parte dos moradores da região. Em alguns casos, o valor do imposto sobre Comércio e Servi-

ços (ICMS) que retorna à cidade pode representar quase 90% do total. O fenômeno - que não se restringe ao estado - gera, ao mesmo tempo, um clima de euforia e incerteza. Por um lado, maior oferta de empregos, mais investimentos, melhorias na infra-

estrutura e o aumento na renda se traduzem em mais benefícios para a população. Por outro, a comunidade tem de lidar com o risco latente de um colapso econômico da localidade em virtude de uma possível crise.

página 10

Thiago Prado Neris



Trégua ao filtro solar

O uniforme usado pelos agentes de saúde protege dos raios solares e não polui o meio ambiente. Recomendado pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), serve de modelo para outras capitais brasileiras

página 12

Polêmica dos cartões corporativos chega a SC

Após os casos nacionais de gastos excessivos em padarias de luxo, viagens para a Disney e compra de tapiocas, o uso do cartão corporativo por órgãos públicos da educação superior se tornou alvo de desconfiança. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC) registrou nas faturas dos cartões, no ano de 2007, uma das maiores despesas entre as instituições federais no país - pouco mais de R\$ 200 mil. A legislação, que deveria regulamentar a utilização dessa forma de pagamento, traz valores e limites pouco claros, dando margem a irregularidades que somente serão sanadas após auditorias do Tribunal de Contas da União. Por enquanto, as leis guiadas pelo bom senso não têm impedido o crescimento no valor das contas.

página 4

Sustentabilidade

Empresários investem em créditos de carbono para aumentar lucros

O estado ocupa a quinta posição no comércio de créditos de carbono brasileiro. Os principais projetos envolvem investimentos em energia com cogeração de resíduos e em Pequenas Centrais

Hidrelétricas (PCHs). Somente em 2007, o mercado de Mecanismo Limpo de Desenvolvimento (MDL) movimentou 3 bilhões de euros em todo o país.

página 11

Quadrinhos

Arte: Lucas Neumann



Os golpes de Israel

páginas 8 e 9

ZERO

FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXV, NÚMERO 8

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXV - Nº 8 Maio 2008
Universidade Federal de
Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 21 de maio

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC
Trindade - Fpolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599 / 3721-9490
Blog: blogdozero.worldpress.com
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO

Beatriz Ferrari, Camila Brandalise,
Cauê Oliveira, Carolina Grando,
Cristiane Barrionuevo, Daniele
Carvalho, Danielle Reis, Eduardo Wolff,
Elaine Almeida, Fernanda Friedrich,
Filipe Speck, Grazielle Schneider,
Grazielle Frederico, Janaína Cavalli,
João Gustavo Munhoz, Juliana Dal
Piva, Juliana Gomes, Julie Philippe,
Larissa Linder, Lívia Andrade, Márcio
Barcellos, Manuela Franceschini,
Mariana Hilgert, Mayara Rinaldi,
Nanni Rios, Nancy Dutra, Tarsia Paula
Farias, Thiago Prado Neris

FOTOGRAFIA

Agência Ensaio Fotojornalismo,
Eduardo Wolff, Thiago Prado Neris

EDITORIAÇÃO

Annelize Conti, Camila Brandalise,
Carolina Grando, Cauê Oliveira, Daniele
Carvalho, Eduardo Wolff, Elaine Almeida,
Flávia Schiochet, Fernanda Friedrich,
Filipe Speck, Guilherme Carrion,
Grazielle Schneider, Grazielle Frederico,
João Gustavo Munhoz, Juliana Dal Piva,
Juliana Gomes, Julie Philippe, Larissa
Linder, Nancy Dutra, Pedro Dellagnelo,
Thiago Neris, Vera Flesch

PROFESSOR COORDENADOR

Tatiana Teixeira

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Lucio Baggio

MONITORIA

Isadora Peron

AGRADECIMENTOS

Agência Ensaio Fotojornalismo, Clóvis
Geyer, Lucas Neumann



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98



Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000



3º melhor
Jornal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Impressão: Grafinorte
Circulação: Nacional
Distribuição: Gratuita
Tiragem: 5.000 exemplares

EDITORIAL

Anatomia da educação

Com um aumento de 45% na criação de cursos de Medicina nos últimos quatro anos, cresce a demanda por cadáveres humanos para serem utilizados nos laboratórios de anatomia. Em Santa Catarina, a responsabilidade sobre a distribuição de corpos entre as universidades fica a cargo do Instituto Médico Legal (IML) e do Serviço de Verificação de Óbito (SVO). Conforme apurado pela reportagem do ZERO, são poucas as doações realizadas diretamente a instituições de ensino, ou seja, a maioria dos cadáveres vem mesmo do IML e do SVO. A falta de leis específicas para a política de doações tem levantado, inclusive, a suspeita de irregularidades envolvendo o tráfico de cadáveres em todo o país. Em 2001, por exemplo, o Ministério Público de Minas Gerais investigou delegados, integrantes de uma universidade particular local e funcionários do IML sobre a possibilidade de que os corpos usados em sala de aula fossem de moradores de rua.

Para fugir de polêmicas e contornar os problemas de falta de cadáveres para o estudo, uma das alternativas encontradas foi a adoção de modelos feitos de acrílico ou plástico. É o caso de algumas instituições do Distrito Federal, como Universidade de Brasília (UNB), Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) da Secretaria da Saúde, a União Educacional do Planalto Central (Uniplac) e a Universidade Católica (PUC). Esta realidade vivida pelas instituições e as soluções encontradas por algumas delas para não ter de lidar com os entraves legais trazem à tona a discussão sobre a maneira como são utilizados os corpos humanos nas pesquisas.

O encontro com o cadáver representa para o estudante de Medicina o primeiro contato com a profissão, e é compreensível que a forma como o aluno lida com o momento defina sua atuação nos anos seguintes. É uma situação que permite o enfrentamento de temas difíceis, como a morte, o luto e a dignidade humana. Correntes de estudos atuais consideram que a postura desumanizadora dos médicos é estabelecida a partir da prática da dissecação. Segundo elas, a relação estudante-corpo determina como será a relação médico-paciente.

Em pesquisa realizada com calouros dos cursos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2000, foi constatada a importância que os estudantes dão a um chamado "distanciamento profissional" – um misto de frieza e olhar científico sobre o objeto a ser examinado. Ao entender o cadáver humano como um "isso", em vez de um "outro", na visão das professoras responsáveis pelo estudo, ignoram-se os aspectos emocionais envolvidos no processo.

Mesmo com a adoção de leis mais rígidas, que regulamentem a distribuição de corpos sem a possibilidade de fraudes, observa-se que a questão fundamental está no comportamento dos estudantes frente à prática anatômica. Se a identificação do cadáver como pessoa gera angústia no estudante, como comprovado pela pesquisa da UFRJ, talvez seja o momento de se reavaliar as condições nas quais são realizadas as aulas de anatomia. Por meio de atividades pedagógicas, professores e alunos poderão refletir sobre o exercício da profissão e encontrar maneiras de estimular o atendimento médico mais humanizado.



Sobre o chargista

Danielle Reis, autora dessa charge, tem 22 anos e cursa a 7ª fase do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A integrante do ZERO também estuda Moda na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), onde frequenta aulas de desenho e criatividade. Quer entrar em contato com ela? Escreva para: danielle_reis@hotmail.com

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para o e-mail zero@cce.ufsc.br Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

CARTAS

Projeto social

Sou acadêmica do Curso de Administração na Udesc, onde desenvolvemos um projeto social, parte de uma disciplina curricular. No momento, estamos recolhendo recursos para construir um consultório odontológico para os alunos da APAE/Palhoça, instituição que adotamos. A captação de recursos acontece durante todo mês de maio e a entrega no final do mês. Para mais informações: vanessa_de_marco@hotmail.com.

De qualquer forma, parabéns pelo conteúdo do jornal.

Vanessa de Marco, Florianópolis

Novas mídias

Somos da acessibilidade da UNISUL e atendemos a alunos portadores de deficiência visual. Temos estudantes cursando comunicação e gostaríamos de saber se existe a possibilidade de vocês disponibilizarem o conteúdo do jornal digitalizado, ou algum outro meio, pois todos têm grande curiosidade em conhecer o trabalho de vocês!

Acessibilidade UNISUL, Palhoça

Os jornais ZERO do ano de 2008 estarão disponíveis no blog: blogdozero.worldpress.com em arquivos em PDF. A última edição já está lá.



Nesta edição, o ZERO homenageia as histórias em quadrinhos com sua primeira reportagem neste formato. Mas as criaturas e os criadores desta arte povoam as páginas do jornal há algum tempo. O ZERO ZINE, que teve duas edições especiais, em 1992 e 1995, tratou exclusivamente de assuntos relacionados à "oitava arte" – nas palavras dos nossos colegas antecessores. Na de 95 [foto acima], o leitor podia encontrar matérias sobre um decreto presidencial de 1963 que garantia a reserva de mercado de 60% para HQs nacionais; os problemas encontrados pelos quadrinistas catarinenses para publicarem suas obras; e as histórias de brasileiros que desenhavam para grandes editoras de quadrinhos, como DC e Marvel. Um deleite, além de textual, visual, pois todas as páginas foram recheadas com ilustrações de nomes expressivos do mundo das HQs e com desenhos feitos especialmente para a edição.

ERRAMOS

Capa: O crédito da foto principal está errado. A autoria é de Thiago Prado Neris.

Editorial: Até a data de fechamento Carlos Antônio Fernandes de Oliveira era Procurador Regional Eleitoral. Durante a distribuição, Oliveira deixou cargo.

Página 7: Foram dois prefeitos cassados em Caldas Novas e não quatro.

A ponta brasileira no balé russo

Primeira estrangeira a ser contratada pelo Teatro Bolshoi, criado em 1776, Mariana Gomes mora em Moscou desde setembro de 2005 e até hoje enfrenta dificuldades. Na Rússia, descobriu que o balé não é uma paixão nacional e nem todo mudo quer ser bailarino. Ainda assim, o público sabe apreciar a dança clássica. Por isso, deixar a Europa não está nos planos de Mariana, por enquanto. Ganhou, no final de abril, a prata no Festival de Dança de Rieti, Itália, na categoria *pas de deux* clássico sênior, estilo executado por dois bailarinos. Entre aulas, ensaios e apresentações, Mariana conversou com o ZERO pela internet.

Zero - Como é o seu dia-a-dia?
Mariana Gomes - Acordo às 8h da manhã e vou para o teatro. São dez minutos a pé e mais 20 de metrô. Faço meia hora de aquecimento no camarim e aula de clássico. Depois, temos ensaio do corpo de baile até a metade da tarde, às 15h. Em seguida, vou pra faculdade. Perco sempre o início da aula às 14h porque levo mais 30 minutos de metrô e ônibus. Saio da faculdade e vou correndo para o segundo ensaio do corpo de baile que normalmente começa às 19h e vai até às 22h. Quando tem espetáculo, saio mais cedo pra me preparar. Normalmente, quando o espetáculo acaba, costumo aproveitar o raro momento das salas do teatro vazias e ensaio alguma coisa sozinha pra manter a forma. Porque só dançando no corpo de baile a gente acaba se acomodando e perdendo a técnica.

Sobra tempo para o lazer? O que você faz nessas horas?

Uma vez por semana, no meu dia de folga. Tento fazer tudo o que é preciso. Tenho que cuidar da casa, lavar a roupa, fazer compras, essas coisas também. Fico bastante tempo sem ir ao cinema, assistir a um concerto, encontrar os amigos brasileiros. Mas, quando eu saio e me distraio, vejo a falta que isso faz e o quanto é importante.

Você já fez apresentações com o Bolshoi em outros países além da Rússia e do Brasil?

Com o Bolshoi da Rússia não, só com o de Joinville. Dois anos de contrato no Bolshoi é considerado pouco. Normalmente, viajam as veteranas.

Que diferenças você vê na valorização da dança, especialmente do balé clássico, da Rússia em relação ao Brasil?

Aqui a valorização vem desde cedo. Temos, por exemplo, quase todo domingo ao meio-dia a apresentação do balé infantil, como o [espetáculo] *Chippolino*, que nunca tem um lugar vazio. As crianças enchem a platéia e não desconcentram nenhum minuto. O *Quebra-nozes* é a mesma coisa. Aqui na Rússia existe a tradição de que quem não assistir, no começo do ano, ao *Quebra-nozes*, não terá um ano de sorte. Existem até teatros infantis, como o *Natalia Sats*, onde a decoração é toda para crianças como um parque de diversões.

E essa tradição desperta nas crianças uma vontade de tornar-se bailarinos?

Não, é apenas um lazer. Claro que existem as que gostam mais e que levam a sério. Mas no Brasil, uma criança que assiste e gosta de balé com certeza é porque faz balé na escola ou quer ser bailarina.

O balé é uma paixão nacional na Rússia?

Pra eles é tão normal como ir ao cinema.

Então não soa erudito, como no Brasil?

As pessoas sabem assistir, apreciar, criticar.

Que diferenças você vê entre o público brasileiro e o russo?

O público russo entende o que está assistindo. O público brasileiro, nem sempre. Temos o Festival de Dança [de Joinville], por exemplo, que uma parte do público entende, e outra que só vibra quando alguém gira oito piruetas. Mas aqui, não. Além da quantidade e qualidade, o público vai atrás do sentimento, da arte, e não do circo.

Você sente algum tipo de preconceito pelo fato de não ser russa em um balé tão tradicional?

Sinto, claro! No começo foi bem mais difícil. Agora já conheço melhor o grupo, já me entendem e me aceitam mais. Antes não me tratavam bem, as meninas não compreendiam por que eu estava ali. Não me tratavam mal, mas também não ajudavam. O mais difícil é quando preciso de alguma coisa. Por exemplo, um crachá pra entrar no Kremlin, quando temos espetáculos lá ou quando esqueceram de levar meu figurino para a apresentação porque não tinham meu nome na lista. Já aconteceu também de eu não estar presente nos libretos do balé. E tem coisas mais complicadas, como o visto. Nessas últimas férias, fui obrigada a ficar um mês a mais em Salvador porque eles não sabiam como fazer meu registro. Acabo sendo prejudicada porque as pessoas simplesmente não sabem o que fazer, nem como. Sou o primeiro caso de uma estrangeira no Bolshoi. Outra coisa que acontece mesmo é que todos os bailarinos recebem pagamento no cartão, e eu, no caixa do teatro. Como eles não têm nenhum caso como o meu em toda história do teatro, ainda não sabem como resolver esses problemas.

Como você lida com esse tipo de dificuldade?

Já encaro tudo isso melhor, mas no começo me tirava do sério. Hoje eu conheço muita gente no teatro, sei falar russo. Converso e resolvo. Mas quando cheguei, não conseguia nem explicar os problemas.

Alguma coisa te decepcionou? Alguma expectativa que você criou foi frustrante quando você chegou na Rússia?

Muitas coisas. Acredito que em todo lugar isso deve acontecer. Nem sempre aquele que está fazendo o papel de primeiro bailarino, ou solista, é o melhor ou merece estar ali. Quando cheguei achei tudo lindo, era como estar vendo um filme. Depois comecei a entender e as coisas foram mudando. Aqui tem todos os problemas que uma grande empresa tem, de concorrências, intrigas etc. É difícil lidar com isso tudo sem se desconcentrar dos objetivos. Quando cheguei era tudo estranho. O jeito como as pessoas se vestiam, os dias escuros sem sol, o frio intenso. Mas eu imaginei que se todo mundo aqui vive assim e é feliz, eu poderia demorar mais um pouco, mas um dia também me acostumaria.

Você disse que sofreu por ser brasileira em um meio tradicionalmente russo. Como é, aí na Rússia, ser mais uma no balé Bolshoi e no Brasil ser reconhecida por ser a única estrangeira no Teatro?

É uma grande responsabilidade. Represento a escola de Joinville e o Brasil o tempo todo. Carrego todo dia essa responsabilidade, o que as outras não carregam em momento algum. Eu sempre penso nisso e tenho certeza que nunca vou decepcionar. Mas no Brasil, não vejo que seja tão valorizada, pelo menos não sinto que eu seja algo mais do que aqui. As poucas meninas russas do meu camarim que sabem a minha história desde o princípio já choraram e disseram que eu sou um exemplo pra elas. Isso pra mim teve muito mais valor do que sair no jornal como a primeira brasileira contratada pelo Bolshoi.

Que projetos e perspectivas você tem para o futuro?

Meu objetivo agora é dançar e terminar a faculdade [de coreografia]. Depois ainda não sei, mas pretendo trabalhar como solista. Não quero ficar pra sempre no corpo de baile. Se for preciso mudar de teatro pra isso mais tarde, quem sabe?

Voltar para o Brasil por enquanto não está nos seus planos?

Não. Gostaria de voltar para dançar em alguns con-

certos, mas não para trabalhar definitivamente.

Trabalhar com dança na Rússia é melhor?

No momento sim. Não vejo ainda um teatro no Brasil onde eu possa dançar com tanta frequência e que tenha tantos repertórios. Ainda tenho muito para aproveitar aqui.

Eduardo Wolff

“Quando cheguei era tudo estranho. Mas eu imaginei que se todo mundo aqui vive assim e é feliz, eu poderia demorar mais um pouco, mas um dia também me acostumaria”

“Aqui tem todos os problemas que uma grande empresa tem, de concorrências, intrigas”



Mariana Gomes nasceu em Salvador e estudou balé clássico na Escola do Teatro Bolshoi em Joinville. Após terminar o curso, conquistou um estágio no balé russo e foi contratada logo em seguida. Além de bailarina, é estudante de Coreografia com especialização em Pedagogia em Dança Clássica no Instituto do Teatro Russo, também em Moscou.

Cefet gasta R\$ 207 mil com cartão

Instituição catarinense tem a segunda maior fatura entre centros tecnológicos do país em 2007

Eduardo Wolff

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC) ocupa o sexto lugar entre as instituições federais de ensino do Brasil que mais gastaram com o uso de cartões corporativos em 2007. O extrato de gastos com cartão da instituição totalizou, no ano passado, R\$ 207 mil. De todos os centros de educação tecnológica do Brasil, o catarinense só gastou menos que o Cefet de Goiás. Esse último passou por uma análise do Ministério Público Federal no início do ano em função da falta de documentação necessária que comprovasse a regularidade das compras. Em nota de esclarecimento, o Cefet goiano alegou que o alto valor da fatura total se deu principalmente porque o centro não conta com nenhum tipo de fundação para captar recursos.

A diretora geral do Cefet-SC, Consuelo Sieliski Santos, usa o mesmo argumento quando questionada sobre a diferença entre os gastos das duas instituições federais catarinenses. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também adepta do sistema de cartões, gastou no ano passado R\$ 52 mil, mas atende a um número quatro vezes maior de alunos. "Diferente da UFSC, não possuímos fundações para captar recursos, e nosso orçamento é muito menor", justifica Santos.

Ano passado, 13 cartões estavam distribuídos entre funcionários ligados à administração da infra-estrutura da instituição. A vice-diretora geral, Regina Rogério, explica que esses funcionários devem ocupar "cargos de confiança". Em 2008, a quantidade baixou para 11, numa tentativa do Cefet de reduzir os gastos em 50%, de acordo com a direção. Na portaria de suprimento de fundos do cartão corporativo, não há regulamentações específicas sobre quem pode usar o sistema. A legislação

permite compras de até R\$ 8 mil, independente do tamanho da instituição, relativas estritamente a materiais e serviços emergenciais e "gastos de pequeno vulto" — o valor não está especificado pela lei — e é proibido utilizar os cartões quando a compra deve ser feita por meio de licitação pública.

Cada funcionário tem um limite estabelecido de acordo com o orçamento e com o número de alunos da unidade no qual opera. A diretora administrativa do Cefet-SC, Rosângela Casarotto, alega que o cartão só é usado para questões emergenciais, que dispensam o processo de licitação. Consuelo Santos, diretora geral, exemplifica: "compramos um terno em uma casa de noivas porque

nós temos um aluno que foi mestre de cerimônia de uma formatura em São José. E aí, vai botar o menino sem terno?", questiona. Casarotto dá outro exemplo: "A gente quase não vai mais, mas às vezes a gente vai para Chapecó [554 km de Florianópolis] de carro. Não dá pra ir com um tanque daqui até lá. Então precisa abastecer no meio do caminho, e não há nenhum posto de gasolina credenciado ou que passou por licitação. É

preciso desembolsar esse recurso e, na volta, a pessoa que foi — o motorista — pede reembolso daquele gasto. E isso é feito com um saque usando o cartão corporativo".

Em uma portaria de fevereiro deste ano, o governo federal proibiu os saques, limitando-os apenas a casos excepcionais, devido à exagerada disseminação dessa prática de gastos e à falta de controle que pode dar margem a irregularidades. Antes disso, em janeiro de 2008, um funcionário do Cefet recebeu a fatura do seu cartão com o valor de R\$ 3.484, referente apenas a saques diretos na boca do caixa. Outro, sacou

R\$ 4.105, fracionado em quatro saques de R\$ 1 mil, um de R\$ 30 e outro de R\$ 75, com data também de janeiro. Em novembro de 2007, um servidor fez sete saques de R\$ 100 no mesmo dia. Tanto diretoras gerais quanto diretora administrativa desconversam: "estamos evitando os saques ao máximo".

Consuelo Santos ainda explica que todas as compras feitas precisam ser comprovadas com a documentação exigida, como notas fiscais e faturas. "Os processos estão na CGU [Controladoria Geral da União]. É tudo muito transparente, toda parte tanto de suprimento quanto de material permanente. Nós somos muito visados porque temos muita obra. Estamos construindo mais seis unidades do Cefet-SC". E se, pelos escândalos envolvendo cartões corporativos, o governo decidisse suspender o uso desse sistema? "Nós parariamos a instituição, não teria como funcionar. A gente não tem outro mecanismo. Se não fosse o cartão, tinha que ter uma conta emergencial. Mas eu vejo que o cartão foi uma forma melhor do que lidar diretamente com o dinheiro, que era pior. Hoje é tudo controlado, e eu vejo que tem que ser assim", responde.

Cartões na UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) adota uma política diferente quanto ao uso de cartões corporativos. Com 20.220 alunos, 2.853 servidores e 1.632 docentes, tem 10 cartões distribuídos entre Prefeitura do Campus, Etusc (escritório técnico-administrativo), Departamento de Psicologia Experimental, núcleo de manutenção, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Agrárias e Departamento de Compras. O uso é restrito a compras autorizadas com antecedência. "O cartão é liberado conforme as compras que serão feitas por cada um dos portadores. Se eu libero alguém para comprar só no supermercado, quando ela for numa loja de peças o cartão não passa", explica Luiz Corrêa de Souza, coordenador do departamento de contabilidade financeira.

Em sua gestão, Souza diz ter pro-



Consuelo Santos (e), diretora geral do Cefet-SC: "sem cartão, não funcionamos"

cedido em conformidade com a lei, limitando o uso dos cartões estritamente para questões emergenciais, gastos de pequeno valor e relacionados diretamente com o funcionamento da instituição. "Ano passado, uma funcionária do Hospital Universitário, portadora de um cartão para compra de remédios que ocasionalmente faltam no HU e precisam ser adquiridos em uma farmácia, queria fazer uma árvore de natal na ala da pediatria. Ela foi ao mercado e comprou bolas para enfeite com o cartão. Mas o suprimento de fundos não contempla isso, e ela teve que devolver R\$ 40 gastos indevidamente. Esse tipo de despesa não se pode ter", garante.

Souza diz que os produtos comprados pela UFSC são, em sua maioria, por meio de licitação e para o ano inteiro. Alguns funcionários chegam a requerer um cartão usando como argumento a demora das licitações. Quanto a isso, o coordenador é taxativo: "a demora do processo licitatório não justifica o uso do cartão". Essas medidas, no entanto, são criadas por cada gestor financeiro. O governo deixa claro qual é a lei, e que ela tem que ser seguida, mas a maneira como são administrados os cartões é decidida dentro da instituição. Álvaro Prata, recém empossado reitor, garante a manutenção do atual sistema. "Tentamos gastar pouco para evitar maiores polêmicas. Essa administração parcimoniosa será mantida." Em 2006, quando o sistema foi implantado, a

UFSC contava com apenas um cartão e totalizou a fatura de R\$ 1,8 mil. Ano passado, foram R\$ 52 mil desembolsados por 10 cartões.

Controle orçamentário

O secretário do Tribunal de Contas da União (TCU) em Florianópolis, João Manoel da Silva Dionísio, esclarece que a documentação de todas as empresas que trabalham com cartões corporativos passa primeiro por uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU). Depois dessa análise, o TCU recebe um relatório sobre os gastos de cada instituição. "Os gastos de 2007 só serão encaminhados ao TCU a partir do meio desse ano. Se for constatada alguma irregularidade tanto na UFSC quanto no Cefet, iniciaremos um processo de investigação", observa o secretário.

Foi depois dos escândalos com os cartões no início do ano que o governo decidiu instituir, em fevereiro desse ano, um decreto restringindo os saques, que até então não tinham limite específico. "Muitas vezes a lei é criada sem maiores regulamentações, e vai sendo adaptada de acordo com a maneira como é seguida. Os gastos devem ser guiados pelo bom senso, e quando notamos alguma irregularidade, solicitamos que a instituição tenha mais cuidado na administração das verbas", explica Dionísio.

Camila Brandalise

Despesas

As 10 maiores faturas de 2007

R\$ 283.722,46	Cefet Goiás
R\$ 207.316,97	Cefet Santa Catarina
R\$ 137.093,14	Cefet Minas Gerais
R\$ 95.523,76	Cefet Pará
R\$ 69.054,95	Cefet Piauí
R\$ 31.585,88	Cefet Maranhão
R\$ 29.719,19	Cefet Rio Grande do Norte
R\$ 23.946,43	Cefet Espírito Santo
R\$ 22.531,25	Cefet Amazonas
R\$ 17.245,41	Cefet Mato Grosso

Fonte: Portal da Transparência

Cartão da discórdia

Criado em 1998 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, os cartões de pagamento do governo federal surgiram como alternativa às contas do tipo "B", que funcionavam com uso de cheque, e foram mais difundidos no governo Lula. Em 2007 houve um aumento de gastos de 129% em relação a 2006. O Cefet aumentou de R\$ 19 mil em 2005 — ano em que foram instituídos os cartões — para R\$ 207 mil em 2007. Já a UFSC começou a usar o cartão em 2006 e apresentou uma fatura de R\$ 1,8 mil, que subiu para R\$ 52 mil no ano passado.



Os cartões devem ser usados para pagamento de despesas eventuais cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido: R\$ 15 mil para obras e serviços de engenharia e R\$ 8 mil para demais serviços e produtos.

O valor dos saques é limitado em até 30% do total da despesa anual da entidade. Os saques são restritos a situações especiais. Na Funai, por exemplo, para pagamento de travessia de rios na Amazônia. Nessas situações, o funcionário paga com o próprio dinheiro e depois é reembolsado através do saque.

O portal Transparência Brasil traz as informações dos gastos com cartão corporativo no site www.portaltransparencia.gov.br. Na primeira página, é só clicar em "aplicações diretas", selecionar o item "Cartões de Pagamento do Governo Federal" e o ano que se quer consultar, e escolher o órgão e a instituição para conferir as faturas.

Fontes: Portal da Transparência/ Revista Época

ZERO

Relação entre política e mídia gera mais controvérsias

Novas denúncias contra Luiz Henrique são feitas; desta vez, a prefeitura de Florianópolis também passou a ser acusada de relação imprópria com a mídia

“Nã o existe nenhuma relação [entre] publicidade e jornalismo”. Categórica, essa é a opinião do secretário de Comunicação de Santa Catarina, Derly Massaud de Anunciação, a respeito de qualquer denúncia referente às relações entre publicidade institucional do estado e a produção de matérias favoráveis ao governo. A discussão foi levantada a partir de acusações que resultaram num processo - de autoria do ex-governador Esperidião Amin (PP) e a coligação “Salve Santa Catarina” (PP, PMN, PV, PRONA) - contra Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e a coligação “Todos por Toda Santa Catarina” (PAN, PFL, PHS, PMDB, PPS, PRTB, PSDB, PTdoB). O atual governador foi acusado de usar, de forma indevida, os meios de comunicação durante as eleições de 2006. O processo ainda corre no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Justificando o seu voto a favor da cassação, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Parglender, sustenta que “foi montado o maior aparato de comunicação já visto em Santa Catarina com um único fim: alavancar a candidatura à reeleição do então governador”. A publicação do caderno especial *40 meses de mudança*, veiculado nos jornais filiados à Associação dos Jornais do Interior (Adjori) em 2006, deu início ao processo, encabeçado pela coligação do ex-governador Esperidião Amin.

O abrandamento do debate sobre o caso - adiado por três vezes e retomado somente no começo de maio - não impediu que a oposição continuasse apresentando novas denúncias. Em seu blog, o vereador de Florianópolis, Vitor Santos, do Partido Progressista (PP), apresenta mais acusações. Para ele, muito do que diz a lei é desrespeitado. A Constituição Estadual determina que a propaganda do governo deve restringir-se à divulgação de notas e avisos oficiais de esclarecimento, campanhas educativas de interesse público, campanhas de racionalização e racionamento do uso de serviços públicos e de utilidade pública. “Se você pegar um jornal que tenha publicidade do governo do estado, você vai ver que não segue o que diz a constituição.” Segundo o vereador, Luiz Henrique não foi o único; “Ele exacerbou. Você pega um jornal que só tem uma editoria, a Política, e dentro dessa editoria só existe o prefeito e o governador, não há outras pessoas. Fotos em todas as páginas, isso é uma louvação, um absurdo”.

A relação imprópria apontada por Santos seria baseada num vínculo de dependência, no qual os jornais seriam obrigados a publicar matérias, que esta-

riam vinculadas à publicidade oficial do governador. “Reproduzindo isso [as matérias] de modo unânime em todos os jornais que circulam em Santa Catarina, os pequenos jornais, isso é uma ferramenta eleitoral de primeira ordem, disfarçada de jornalismo”, denuncia. Santos diz ainda que “o governo não coloca uma publicidade apenas pensando no leitor; vamos ensinar a matar o mosquito da dengue, que é de utilidade pública. O governo usa esse dinheiro também para corromper o veículo. É uma troca. Eu anuncio e vocês limpam minha barra”. Apesar das acusações em seu blog, o vereador não fez denúncias formais ao Ministério Público.

Em desacordo com as acusações, o Secretário de Comunicação do Estado, Derly Massaud, garante que o Poder Público age de acordo com a lei. Ele também elogia o trabalho dos veículos de SC. “O nosso estado é privilegiado, pois, independente do porte, temos excelentes veículos de comunicação na capital e no interior. Entendo que todos nós devemos nos orgulhar do nosso atual estágio em matéria de veículos de comunicação social.”

“Divulgar a cidade”

Santos fez a análise de alguns veículos que ilustram as suas denúncias. Entre eles estão o jornal *A Fonte* e a revista recém-lançada *SC Magazine*. A reportagem do ZERO teve acesso a três exemplares do jornal e à primeira edição da revista e analisou os veículos conforme os anúncios veiculados e suas matérias.

Fundado pelo jornalista Fernando Oliveira, o jornal *A Fonte* começou a ser impresso em 2003, ano do primeiro mandato do governador Luiz Henrique. O veículo é quinzenal, e tem uma tiragem de seis mil exemplares. Quando questionado a respeito da relação entre publicidade e as matérias divulgadas (ver ilustração), Oliveira afirma: “todo jornal se sustenta com base em publicidade, todo órgão de imprensa opera dessa maneira, sendo a única fonte de sobrevivência”. O jornalista considera que as mídias do governo auxiliam, mas os valores são menores se comparados aos de empresas privadas. “Nem o governo, e muito menos as prefeituras, são as maiores fontes de lucro, muito pelo contrário, não se pode contar muito, pois o pagamento é moroso”.

Para Oliveira, seria incoerente não publicar as ações do governo e da prefeitura em um jornal editado somente duas vezes na semana “Se você for analisar, os jornais diários divulgam bem mais os projetos deste órgão, inclusive em espaços bem maiores”, aponta, concluindo que “no jornal *A Fonte*, com absoluta certeza posso afirmar que o governador não



SC Magazine e jornal A Fonte são alvos de denúncia do vereador Vitor Santos (PP)

usou mídia indevida”.

Dos três exemplares analisados pelo ZERO, nenhum apresenta matéria desfavorável ao governo ou à prefeitura da capital. Na edição especial de nº 76, publicada em março, do total de 11 páginas, quatro apresentam matérias sobre realizações - como a divulgação de novas obras - de Luiz Henrique e Dário Berger (PSBD). Nas duas publicações seguintes, dez páginas - de 32 - novamente mostram ações dos dois políticos. Cada jornal traz no mínimo um anúncio publicitário, geralmente de meia página ou mais, tanto de campanhas, quanto de obras das instituições governamentais e municipais. A reportagem do *Zero* não teve acesso a mais edições, pois, conforme informou Oliveira, elas já estariam arquivadas.

O secretário municipal de comunicação social, Paulo Arenhart, defende que a mídia da prefeitura de Florianópolis é, hoje, “ eminentemente técnica”. Ele explica: “Levamos em conta os índices de audiência e de circulação para atingirmos o público alvo em cada campanha. Só assim tenho a certeza de que estou fazendo uma comunicação inteligente e maximizando os recursos de divulgação e publicidade dos atos governamentais. Mídia política é coisa do passado. Não existem mais práticas de administrações anteriores, onde o poder público comprava a mídia em troca de matérias positivas”.

Outro veículo citado por Santos em suas denúncias é a *SC Magazine*. Especializada em turismo, a primeira edição

foi lançada

em março e teve Florianópolis como capa (ver ilustração). Para uma fonte ligada à editora - que preferiu não se identificar -, a revista nasceu com o intuito de homenagear as cidades catarinenses e divulgá-las. Vendida a R\$ 10,60 e distribuída gratuitamente em órgãos públicos, empresas, associações e aeroportos, é publicada mensalmente, com uma tiragem de cinco mil exemplares.

De acordo com a representante, não há “relação com nenhum órgão público. Eles podem procurar para fazer uma campanha ou para anunciar a cidade, mas não há nenhum vínculo, não são anunciantes que vão estar sempre na revista ou que procuram a revista. A gente, às vezes, pode fazer um anúncio com eles ou não. É tratado como uma empresa normal”.

A presença do governador e de outras personalidades políticas na primeira edição - como a primeira-dama da capital, Rosa Berger e o Secretário de Desenvolvimento regional da Grande Florianópolis, Valter Galina - foi justificada por fazer parte do objetivo da revista: divulgar a cidade. O mesmo exemplar contou com uma propaganda de duas páginas da prefeitura de Florianópolis. “Quem faz a cidade, normalmente, são os administradores. Não tem nenhuma relação partidária, a revista é totalmente neutra em relação a isso”, explica a representante.

Mariana Hilgert

A espontaneidade nos jornais do interior de SC

A presença constante de propagandas do governo em jornais do interior de SC faz parte de um processo regular de venda de espaços publicitários. Para este ano, a Secretaria de Comunicação possui uma verba disponível de R\$ 62 milhões, dividida entre as agências de publicidade contratadas.

Para estabelecer um parâmetro, este ano o Governo Federal dispõe de R\$ 172,8 milhões para serem

gastos com publicidade, segundo o Projeto de Lei Orçamentária 2008. Só para campanhas na área de Saúde, são R\$ 75,6 milhões. Santa Catarina, para essa mesma pasta, possui R\$ 4,5 milhões.

Contrariando denúncias, a coordenadora de Jornalismo da Adjori, Rita de Cássia Lombardi, não acredita que os veículos fiquem presos ao governo em virtude do dinheiro. Para ela, a distribuição deste valor tomou-se, desde o primeiro mandato, mais democrática, viabilizando novas oportunidades aos cerca de 150 filiados. “O que a gente viu, de 2003 para cá, foi um uso mais democrático das campanhas de comunicação. Falo pelos associados da Adjori, que antes eram muito poucos os contemplados com verbas governamentais”, diz.

Com essa democratização, a coordenadora acredita que a concentração de verbas em veículos de grande porte fica mais difícil de ocorrer. “Você evita a subserviência. É uma verba importante, mas não chega a comprometer editorialmente o próprio veículo”.

Bem como os representantes dos demais veículos, a coordenadora da Adjori afirma não existir nenhum comprometimento entre notícias e publicidade. As razões que explicariam a presença de matérias diversas em que o foco é o governador não se relacionam a qualquer tipo de negócio. “O que houve, de fato, foi uma mídia espontânea muito grande em favor do Luiz Henrique. Isso é inegável. Mas espontânea mesmo, porque os jornais se sentiram gratificados por um governo que os olhou, que os prestigiou e repassou verba pra eles”. (M.H.)

Laboratório: o destino de um cadáver

Ausência de leis específicas dificulta a distribuição de corpos entre as instituições de ensino superior

O cadáver é de uma mulher jovem. O silicone nos seios e a tatuagem provocam curiosidade entre os estudantes de Medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “De onde veio?” A resposta causou espanto. “O marido doou.” No interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Bagé, o médico Ronaldo Alves Carvalho já avisou à família: quando morrer quer destinar seu corpo para pesquisas em uma universidade. Sua esposa não apóia a decisão. Um homem morreu em um acidente. Desconhecido, não-reclamado. A irmã demorou três meses para descobrir seu paradeiro e o corpo já havia sido doado. Seria o caso de devolver? Mas de quem é a palavra final?

As instituições de ensino enfrentam hoje uma realidade diferente de há 16 anos, quando foi regulamentada a Lei Federal 8.501 (ver box). O número de escolas aumentou, são cerca de 12.200 estudantes de medicina em todo o Brasil. Em entrevista à revista *Piauí*, Richard Halti Cabral, presidente da Sociedade Brasileira de Anatomia, afirmou que o número cria uma demanda de 2 mil cadáveres para estudo.

Em Santa Catarina, de acordo com a gerência do Instituto Médico Legal (IML), as universidades estão muito bem abastecidas. O assessor, Ivanildo Alves Pereira, revelou que o IML da capital não recebe pedido de nenhuma universidade há cerca de oito meses. A pergunta a ser feita é: será que em SC a cultura da doação está mais avançada em relação às outras regiões do país?

Não foi o que demonstraram os responsáveis pelos laboratórios da UFSC, da Universidade Regional de Blumenau (FURB), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), campus Tubarão. As iniciativas de doação voluntária (ver box) existem ainda de forma muito escassa, a Univali possui cerca de seis corpos recebidos dessa forma, a UFSC também já recebeu, mas o número exato não é divulgado. Como a quantidade de doações como estas é baixa, alunos e professores, acabam dependentes ou do IML ou do Serviço de Verificação de Óbito (SVO).

Apesar de não existir nenhuma proibição legal, UFSC e Furb se recusaram

a divulgar dados sobre a quantidade de cadáveres em seus laboratórios. A única informação dada pelo chefe do Departamento de Morfologia da UFSC, Gilberto Amorim Souto, foi que na universidade não existe, atualmente, necessidade de um número maior de corpos. Os estudantes discordam. Wagner Silva, 7ª fase do curso de Medicina, diz que o processo de dissecação, realizado no segundo ano, utilizava quatro cadáveres para uma turma de, em geral, 50 alunos. A disciplina utiliza, atualmente, apenas dois. Thiago Medeiros Rocha, técnico do laboratório da Unisul (campus Tubarão), informou que nesta, a média de alunos por corpo é de 40, sendo apenas um dissecado por semestre. Para a Sociedade Brasileira de Anatomia já seria razoável se o número de alunos por corpo fosse seis, mas o ideal mesmo é dois.

Quem garante estar mais próximo desta meta é a Universidade do Vale do Itajaí (Univali). “A gente está tranquilo, mas não pode relaxar”, conclui Emerson Sgrott, professor responsável pelo setor anatômico. Ele diz que, hoje, nas dependências da escola, existe um corpo para cada grupo de quatro a seis alunos. A escola recebe doações unicamente do IML da região de Balneário Camboriú e Itajaí, num total de 13 municípios, como prevê o convênio com a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Em média são doados cinco novos ao ano, sendo que o estoque é de aproximadamente 80.

Se houve receio das universidades em fornecer as informações, o mesmo não aconteceu no IML e no Serviço de Verificação de Óbito (SVO). Em Santa Catarina, existem 28 instalações do Instituto com cerca de 80 vagas para armazenamento de cadáveres. As maiores “geladeiras”, como são chamadas pelos funcionários, estão em Joinville (dez gavetas) e na capital (14). O número demonstra outra ponta do problema. Para que a doação possa ocorrer, existe um período legal de 30 dias em que são divulgados anúncios nos jornais de grande circulação da região em busca de familiares do falecido. O impasse é onde guardar o cadáver durante esse tempo. Ivanildo Pereira, assessor da gerência do IML, assegura que necessita diariamente de quatro vagas para eventuais acidentes e investigações, já que



Alunos do curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina durante o estudo de uma das peças do corpo humano

na capital está a maior sede do estado.

— O que se faz então com os andarilhos?

— Eu enterro! Ontem mesmo morreu um e não tinha onde colocar, deixar em cima da mesa também não dá. Então a gente enterra, sim.

Pereira conta que o número de mortos sem familiares diminuiu — atualmente no Instituto da capital chegam, em média, cinco por ano. A situação do SVO é semelhante: apenas dois. O trabalho e a atuação destes órgãos estaduais são diferentes. Ao IML chegam casos para investigação ou identificação, ou seja, os corpos são encaminhados por uma autoridade policial para a realização de uma autópsia que identificará a causa da morte. O Sistema de Verificação de Óbito trabalha com as mortes naturais. Regulamentado no estado somente em 2004, o SVO é de responsabilidade do Instituto de Anatomia Patológica, órgão estadual existente desde 1995 e com representação em 100 municípios. Já o Serviço, até o momento, existe apenas em Florianópolis.

Exceto pelas voluntárias essas seriam as duas únicas formas legais para se obter doações. Mesmo com a ausência de reclamações oficiais sobre a quantidade de cadáveres nas salas de aula catarinenses, duas questões chamam atenção. A primeira, é que apesar da Lei 8.501 direcionar apenas corpos para escolas de medicina, em Santa Catarina isto parece não ser problema para faculdades onde esta graduação não é oferecida. Basta ser comprovada a necessidade de um laboratório de anatomia e convênio com a SSP

do estado para a doação ocorrer. Caso dos cursos de Educação Física e Enfermagem da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus São Miguel do Oeste, da Escola Superior de Criciúma (Esucri), da Universidade do Contestado (UNC Caçador), das Faculdades Estácio de Sá (São José), e da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), campus Rio do Sul. Ainda na mesma situação, o curso de Fisioterapia oferecido pela UNC e pela Unesa. A Estácio de Sá também possui graduação em Fonoaudiologia.

O segundo ponto levantado é a ausência de um regimento ou política oficial de distribuição destes corpos. Somente têm acesso aos cadáveres as universidades que firmam convênios com o IML. O contrato, com validade de aproximadamente cinco anos, apenas reforça o cumprimento da Lei Federal e, em alguns casos (não é obrigatório) estabelece a troca de serviços entre o Instituto e os cursos. O documento não cita critérios em relação ao destino dos cadáveres. José Carlos Muller Filho, diretor de planejamento da SSP e responsável pelo setor, informou que a Secretaria somente firma o acordo, a responsabilidade do cumprimento é do Instituto Médico Legal.

José Maurício Ortiga, gerente do IML, confirma que, assinado o convênio, a universidade é candidata a um corpo, quando disponível. Ortiga explica que as instituições de ensino são informadas sempre que existir uma possibilidade de doação. Se a primeira a ser procurada não

demonstrar interesse, ele entra em contato com outra. “A prioridade é de quem necessita mais”, aponta. Mas qual será?

Na UFSC, a segunda manifestação do chefe da morfologia é justamente a reclamação de que na universidade pública não há verba para quase nada. A primeira foi: “sobre cadáver eu não falo”. Chefe há dez anos consecutivos, o professor de meia idade, altera o tom de voz facilmente. Entre as repetidas batidas na mesa, ele demonstra o descontentamento com o assunto e denuncia que o curso já foi prejudicado por causa das universidades particulares:

— Eu não sei quantos chegaram, por que você quer saber números? Não quero saber de comparações, não tem nada que comparar entidade pública e privada.

Souto se recusa a dar as informações, embora Luiz Carlos Peixoto, técnico do laboratório da UFSC há 29 anos, tenha revelado que nesse ano foram recebidos pelo menos dois novos corpos para conservação em formol — de acordo com o convênio, é preciso manter o cadáver seis meses no tanque antes de começar a utilizá-lo. IML e SVO, entretanto, dizem não ter efetuado doações em 2008. Sobre o IML o professor ainda completou que, em sua opinião, o órgão é de pouca utilidade para a universidade, já que os corpos geralmente estão machucados ou passaram por autópsia:

— Eu não gosto do IML, não preciso. De lá vêm pessoas quebradas, arrebentadas, examinadas. Este pessoal não me adianta. — encerra.

Souto garante também que as doações do SVO são inexpressivas. O detalhe é que não existem, além da doação voluntária, outras opções de se conseguir cadáveres.

Juliana Dal Piva
colaboração Eduardo Wolff

Em vida

Como ser um doador voluntário

A doação voluntária não precisa necessariamente ser documentada pelo doador, mas quem quiser, pode expressar o desejo através de uma escritura pública declaratória de manifestação de vontade. O documento pode ser emitido por qualquer Cartório de Notas e o voluntário só precisa levar ao tabelionato seus documentos (RG, CPF e comprovante de residência). Mesmo assim, é preciso que a família concorde com a doação, porque a palavra final será dos familiares e a escritura perde a validade se eles discordarem do desejo. Vale lembrar que o doador precisa obrigatoriamente ter falecido de morte natural e em geral dá-se preferência para cadáveres com mais de 60 anos porque os mais novos podem ter os órgãos doados. A escritura tem valor de R\$ 22. No Paraná, a Comissão fez um acordo com os tabelionatos para que o documento fosse emitido sem custos para o doador.

Código Penal e Constituição Federal criminalizam venda de corpos

Em busca de entender o funcionamento legal da questão, encontramos desconhecimento e outra porta fechada. O juiz Luiz Fernando Boller foi procurado para falar sobre um artigo assinado por ele e publicado na revista eletrônica Consultor Jurídico, no dia 28 de julho de 2006. No texto, intitulado "Máfia dos Corpos", o jurista do foro de Tubarão denuncia uma "rede interestadual de venda de cadáveres para instituições de ensino superior", na qual um corpo custaria cerca de 40 salários mínimos. Boller afirmou, ainda, que o problema existe desde os anos 70 e concluiu sugerindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Passados dois anos, disse por telefone que não gostaria de falar sobre o assunto. Depois, pessoalmente, negou-se a conceder entrevista porque estaria proibido judicialmente de falar sobre o artigo.

Na Constituição ou mesmo no Código Penal não existe uma lei específica sobre o comércio de corpos. Mesmo assim, é considerado crime. O coordenador criminal do Ministério Público Federal de Santa Catarina, João Marques Brandão Neto, explica que é da competência do Ministério Público Estadual fiscalizar estas questões. Brandão Neto adverte que depende de como a situação ocorre e da interpretação dada para poder afirmar qual será a punição, mas o comércio de corpos se enquadra na Lei Federal 9.434,

artigo 14 ou então no artigo 211 do Código Penal, através da Subtração de Cadáver.

O jurista esclarece que no caso de furto, a pena, em geral, seria de um a três anos de reclusão. Ou seja, caso o crime seja cometido sem violência – a compra simplesmente é interpretada como tal – e o acusado é réu primário, ele pode ser beneficiado com a suspensão do processo e o cumprimento de dois anos de serviços à comunidade, ou o pagamento de um valor estipulado, por exemplo. Se o criminoso for reincidente, a pena é de um a três anos em regime fechado, sem benefícios.

Quando questionado se não seria prudente uma lei mais específica sobre a doação, Brandão Neto foi taxativo:

– Não haveria a menor necessidade de se criar mais uma entre as 11 mil já existentes, ou inclusive da realização destes convênios pela Secretaria de Segurança Pública. O necessário é que se cumpra a lei. Se todo o servidor público agisse de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal não teríamos este e outros problemas.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência."

Inédito no Brasil, Conselho paranaense ordena distribuição entre universidades

A ausência de regimento para distribuir os corpos também é verificada no Paraná. No estado só o número de instituições públicas com graduação em medicina – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do oeste do Paraná (Unioeste) – é quatro vezes superior a Santa Catarina, onde há apenas a UFSC.

Ao enfrentar a questão, dirigentes de alguns destes cursos, em parceria com o Ministério Público Paranaense, criaram a Comissão de Distribuição de Cadáveres do Paraná. Registrada em 1999, ela ainda não possui caráter jurídico para ordenar as doações entre

as universidades. A situação está prestes a mudar com a criação do Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, instituído pela Assembleia Legislativa daquele estado. "A oficialização efetiva aguarda apenas a operacionalização da Secretaria de Ciência e Tecnologia", adianta o presidente da Comissão, professor

José Geraldo Calomeno. O projeto encontra-se na Secretaria desde 10 de outubro do ano passado.

A aprovação do Conselho, inédito no Brasil, foi feita simultaneamente à da Lei Estadual 15.471, outra vitória do trabalho da Comissão. O documento amplia a norma Federal de 1992 estabelecendo os critérios legais para a doação voluntária e estendendo-as para as escolas que necessitam de aulas de anatomia, mas não possuem o curso de medicina.

O instrumento será composto por um representante de cada instituição de ensino e todas as doações passarão por aprovação e aval do órgão. "Temos um ranking entre as associadas,

aquela que recebe um corpo hoje vai para o final da fila e o mesmo acontece com as demais", detalha Calomeno.

A iniciativa começou com apenas cinco filiadas, o grupo cresceu e agora possui 23. O trabalho consiste em organizar a distribuição dos corpos de forma democrática e,

ainda, promover a campanha pela doação voluntária. O presidente adverte que a dificuldade é que no Brasil este tipo de doação não é aceito culturalmente e por este motivo a campanha precisa ser mais discreta. "Temos medo do efeito contrário. Você não vai ver todo dia e em todo lugar porque não queremos que aconteça o efeito contrário, que é a rejeição total à idéia. A mudança vai ocorrer mais lentamente", explica Calomeno.

A importância do Conselho se faz evidente tanto para uma melhor distribuição como para realizar o trabalho com transparência e evitar qualquer irregularidade ou fraude.

– Não posso falar exatamente como funcionava antes, mas era um salve-se quem puder. Nem acho que seja má fé do IML, mas o excesso de trabalho em outras áreas acaba deixando de lado as doações para ensino.

Segundo Calomeno, no Paraná, não há o sistema de convênios entre IML e universidades, como em Santa Catarina. Lá, IML e SVO trabalham conjuntamente, porém a situação pode mudar. "Existe uma vontade de que os órgãos se separem, e estuda-se a proposta da implementação de um SVO dentro da UFPR, o problema é que não temos espaço físico para absorver toda a demanda necessária", argumenta o presidente da Comissão.

"Não posso falar exatamente como funcionava antes, mas era um salve-se quem puder. Nem acho que seja má fé do IML, mas excesso de trabalho."

José Geraldo Calomeno, presidente da Comissão

Legislação

O que diz a lei federal 8.501

z Ela disciplina exclusivamente a doação dos cadáveres não-reclamados, ou seja, aqueles em que não se encontraram familiares da vítima.

z É necessário esperar um período de no mínimo 30 dias para que o corpo possa ser doado. Durante esse tempo o cadáver fica sob responsabilidade da autoridade pública que o acolheu.

z A autoridade competente deve publicar nos principais jornais da cidade, durante pelo menos dez dias, a notícia do falecimento.

z A instituição deve manter informações relativas ao corpo como características gerais, fotos do corpo, ficha datiloscópica e resultado de autópsia, entre outros mais que julgar necessário.

z A família pode, a qualquer tempo, reaver o corpo do familiar.



Material de estudo - é necessária a renovação constante dos cadáveres, já que a dissecação dos corpos é feita pelos estudantes de medicina durante o quarto período da graduação.

ZERO

A LUTA ESTÁ PARESTES A COMEÇAR E SÉRGIO, O TREINADOR DA ACADEMIA, ME ORIENTA, SOCANDO O NADA. MAS TRÊS CRUZADOS SEM REVIDE NO TÓRAX ME CONVENCEM: ISRAEL SILVA MERECEU VENCER OS 6 SPARRINGS DO TREINO.



FALAR É FÁCIL.



NÃO DEIXE DE USAR BASTANTE OS GOLPES RETOS NA CABEÇA: JAB, DIRETO! UM, DOIS! O FEIJÃO-COM-ARROZ, MESMO! VOCÊ É MAIS ALTO E ELE, PELA EXPERIÊNCIA, VAI TENTAR ENCURTAR A DISTÂNCIA E TE PEGAR EMBAIXO. MANTENHA A GUARDA ALTA!

"MARRETA" É O APELIDO DO PESO-PESADO QUE TREINA ISRAEL. COM EVANDRO "JAPA" CAVALHEIRO E CLAUDIONEI "CASCA" RODRIGUES, QUE FARIA A LUTA FINAL DAQUELA NOITE, EM ARARANGUÁ, SOMAM OS 3 ÚNICOS PUGILISTAS PROFISSIONAIS DE SC. ISRAEL FOI ESCALADO PARA O ÚNICO COMBATE AMADOR DE 6 ASSALTOS, ENQUANTO OS OUTROS 7 PRELIMINARES NÃO PASSARIAM DE 3 ROUNDS CADA.

CHEGOU COM FOLGA, HEIN.

QUANDO É O ALMOÇO?



À NOITE, ANDERSON "PANTERA" CLAYTON, NOVA SENSACÃO DO BOXE NO PAÍS, SOBE AO RINGUE SEGUIDO DO ÚNICO BRASILEIRO A DESAFIAR FOREMAN E HOLYFIELD, CAMPEÕES MUNDIAIS PESO-PESADO: ADILSON "MAGUILA" RODRIGUES. HOJE, PORÉM, PESADO ATÉ DEMAIS.

HORA DO EMBATE ENTRE ISRAEL E ANDRÔNICO BORGES, DE SOMBRIO. A LUTA VAI COMEÇAR!

ISRAEL SE CONCENTRA NO CÔRNER ENQUANTO MARRETA O ORIENTA...

PAU! AO RECEBER GOLPES LIGEIRAS NO CAPACETE, ISRAEL MOSTRA PODER DE ESQUIVA E PASSA A PROVOCAR O ADVERSÁRIO INSINUANDO-SE COM O TÓRAX INCLINADO PARA FRENTE, MAS RECLUANDO-O RAPIDAMENTE AO TENTAR SER AGREDIDO. A COLLINA DO MULATO PARECE FEITA DE BORRACHA.



AS BOMBAS DE PERIL

REPORTAGEM THIAGO PRADO NERI
DESENHO: LUCAS NEUMANN

ISRAEL JÁ DERRUBOU UM ADVERSÁRIO NO 1º ROUND COM UM GANCHO E UM CRUZADO NO QUEIXO. COSTUMA DISPUTAR A CATEGORIA PESO-PENA, ATÉ 57KG. É CONSIDERADO PRUDENTE ENTRE OS BOXEADORES COMPETIR EM CATEGORIAS ABAIXO DE SEU PESO NORMAL. NO BOXE, TAMANHO, PESO E ENVERGADURA CONTAM BASTANTE.

"NA SEMANA DA LUTA, CORRO TODOS OS DIAS USANDO UMA JAQUETA ADAPTADA - TIREI O FORRO PARA ABAFAR MAIS. COMO NO ALMOÇO NORMALMENTE E MANERO À NOITE. SE HOJE ESTOU COM 66 QUILOS, DEPENDENDO DA LUTA, COMEÇO A PREPARAÇÃO DUAS SEMANAS ANTES. NO DIA DA PESAGEM, QUE É DE MANHÃ, TREINO ANTES E PERCO MAIS UNS DOIS QUILOS. ENTÃO ME PESO E DEPOIS COMO BEM, PORQUE A LUTA É À NOITE E DÁ TEMPO DE RECUPERAR AS FORÇAS. COMO ALGUMAS PROTEÍNAS, BEBO SORO ISOTÔNICO E LITO".



6 ROUNDS DEPOIS, OS JUÍZES SÃO UNÂNIMES:

40 A 36!



ISRAEL JÁ MOROU EM QUATRO CIDADES E TEM MUITO PARA SER MAIS UM ESTEREÓTIPO DO ATLETA BRASILEIRO POBRE QUE VENCEU. NO ENTANTO, A VIDA E O TREINO CONTINUAM DUROS: ALÉM DESSA PREPARAÇÃO, AOS 22 ANOS, DÁ AULAS NUMA ACADEMIA EM SÃO JOSÉ, É PROFISSIONAL EM KICK-BOXING E JÁ GANHOU ALGUM TROCO NO MUAY-THAY.



SE EU PASSAR POR MAIS UMA PROPAGANDA DE COMIDA OU RESTAURANTE DE BEIRA-DE-ESTRADA NÃO VAI DAR.

QUER UM BISCOITO, ISRAEL?

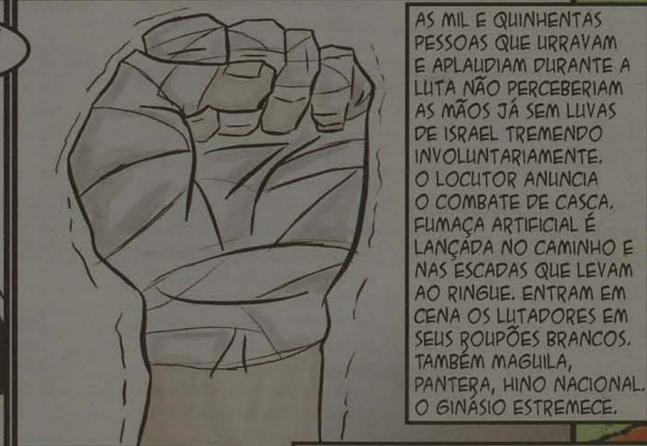
VAI TER TROCO, MARRETA.

É 27 DE OUTUBRO DE 2007. A CAMINHO DE CONSAGRAR O CINTURÃO DO "PUNHOS DE AÇO", EQUIVALENTE AO CAMPEONATO CATARINENSE, ISRAEL QUEIXA-SE DE FOME. PUDERA: ALÉM DA SEMANA À BASE DE REGIME E CORRIDA, ESTAVA HÁ UM DIA SEM COMER OU BEBER COISA ALGUMA, INCLUSIVE ÁGUA.



DON KING, FOLCLÓRICO EMPRESÁRIO AMERICANO, SE GABA DE TER SIDO QUEM MAIS FEZ MILIONÁRIOS NO BOXE, APESAR DE DIVERSAS CRÍTICAS E DENÚNCIAS.

NÃO HÁ "DONKINGS" NO BOXE BRASILEIRO, NEM GLAMOUR, MILHÕES. HÁ UM ISRAEL A DESCANSAR ANTES DA LUTA NUMA MESA DE BAR OU A PASSAR COMPETIÇÕES À BASE DO PÃO-COM-QUEIJO DADO PELA ORGANIZAÇÃO. O IMPROVISO É A REGRA. MAS ATÉ DISSO VEJO RIR O CAMPEÃO.



AS MIL E QUINHENTAS PESSOAS QUE URRAVAM E APLAUDIAM DURANTE A LUTA NÃO PERCEBERIAM AS MÃOS JÁ SEM LUVAS DE ISRAEL TREMENDO INVOLUNTARIAMENTE. O LOCUTOR ANUNCIA O COMBATE DE CASCA. FUMAÇA ARTIFICIAL É LANÇADA NO CAMINHO E NAS ESCADAS QUE LEVAM AO RINGUE. ENTRAM EM CENA OS LUTADORES EM SEUS ROUPÕES BRANCOS. TAMBÉM MAGUILA, PANTERA, HINO NACIONAL. O GINÁSIO ESTREMECE.

EM 26 DE ABRIL, BORGES TEVE SUA REVANCHE CONTRA ISRAEL E, POR 30 A 24, PERDEU NOVAMENTE. NESTE DIA, CASCA SAGROU-SE CAMPEÃO BRASILEIRO PESO-LEVE FRENTE A BINHO, DISCÍPULO DO EX-CAMPEÃO ACELINO "POPO" FREITAS, MAS NÃO IRÁ A PEQUIM. ISRAEL, AGORA PESO-LEVE, LIDERA O ESTADUAL DE 2008. COMO O BOXE AMADOR PROÍBE REMUNERAR SEUS CAMPEÕES, AINDA VIVE DE AULAS E KICK-BOXING.

GLOSSÁRIO: SPARRING - TERMO TÉCNICO QUE DENOMINA UMA LUTA-TREINO OU O LUTADOR QUE TREINA O ATLETA QUE IRÁ COMPETIR. JAB - SOCO APLICADO EM LINHA RETA COM A MÃO À FRENTE DA POSIÇÃO DE GUARDA DO BOXEADOR.

O fenômeno das cidades-empresa

Cerca de 150 municípios de SC com menos de 50 mil habitantes dependem de uma só corporação ou setor

Apesar de não ser exclusiva da economia catarinense, essa característica é marcante. Mais da metade da arrecadação de municípios do estado é gerada por uma única empresa ou atividade. Cocal do Sul, por exemplo, tem 90% do seu valor adicionado (ver box) gerada pela empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos, maior exportadora do país em seu setor, de acordo com estatística do movimento econômico de 2006. Ou seja, a Eliane será responsável por 90% do repasse da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o município em 2008.

Além disso, emprega aproximadamente 2 mil dos 11.275 habitantes em idade ativa nas seis unidades fabris da cidade, fora os postos de trabalho indiretos. "Existem prestadores de serviço de transporte, gráfica, limpeza, segurança, matérias primas - empresas de mineração e colorificos -, embalagens e peças decoradas terceirizadas", esclarece o presidente executivo da empresa, Edson Gaidzinski Jr.

Outro exemplo é o município de Videira, no meio-oeste catarinense. A análise do movimento econômico de 2006, que serve de parâmetro para o retorno do ICMS de 2008, mostra que a empresa Perdigão S.A. foi responsável pela geração de mais da metade do valor adicionado em Videira: 55,68%. No ano de 2007, a

empresa gerou mais de R\$ 500,5 milhões na cidade, enquanto o total do valor adicionado foi de pouco mais de R\$ 850 milhões, segundo dados fornecidos com exclusividade ao ZERO por Alexandre Ganasini, responsável pelo Movimento Econômico, documento que apresenta o valor adicionado do município.

Estes números já foram maiores. Em 2003, por exemplo, 72,57% do valor adicionado de Videira foi gerado pela Perdigão. A participação diminuiu, segundo Ganasini, com o crescimento das outras empresas instaladas na cidade, muitas prestam serviço à própria Perdigão. Eron Rossi, ex-secretário do desenvolvimento econômico municipal explica: "a Perdigão é o alicerce de toda a economia videirense. Toda a agroindústria, a criação de aves e suínos, é voltada para atendê-la, empresas como a Sagrinco e a Videplast têm vínculo direto com ela".

Além da participação expressiva na arrecadação de impostos, a empresa emprega, direta e indiretamente, mais da metade da população videirense em idade ativa, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 33.643 habitantes no ano 2000. "Temos 5.500 empregados nos frigoríficos, setor das rações, proteínas, agropecuário. Mas para cada emprego direto, são gerados

três empregos indiretos, em transporte, embalagens, higienização, segurança, logística", aponta Gentil Gaedke, diretor regional da Perdigão em Videira.

A Sadia S.A. também serve de exemplo: é responsável por 40% do valor adicionado de Concórdia (ano base 2006). "A empresa oferece diretamente 6 mil empregos na produção e abate de frangos e suínos e na fabricação de ração e industrializados na cidade", afirma Rosa Vanzella, da equipe de relações com a mídia da empresa. Sendo estabelecida a proporção usada no site da prefeitura de Concórdia - para cada emprego direto há cinco indiretos -, a Sadia é responsável por outros 30 mil empregos, para 52.378 pessoas em idade ativa.

A própria Perdigão, citada no caso de Videira, é a base econômica de várias outras cidades. É responsável por quase 71% do movimento econômico em Salto Veloso; mais de 71% em Ouro; 70,5% em Herval D'Oeste, e 78,57% em Capinzal.

Origem do conceito

Para exprimir a relação de dependência das cidades em relação às empresas, surgiu o termo cidade-empresa. Inicialmente ele representava as vilas criadas pelas empresas para abrigar a sua mão-de-obra. Com o passar do tempo, a realidade transformou-se e o conceito evoluiu.

O fenômeno se deu por vários motivos. Para Hoyêdo Nunes Lins, mestre em planejamento do desenvolvimento regional e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), começou com a história econômica do estado, influenciada pela imigração e por sua trajetória de ocupação. Além disso, também aponta como fator determinante o tamanho das

Entenda

O que significa valor adicionado?

A Lei complementar 63/90, estabelecida pelo art.161 da Constituição Federal, define valor adicionado como a diferença entre o valor das mercadorias que saem de uma empresa - acrescido do valor das prestações de serviços - e o valor das mercadorias e serviços recebidos na mesma empresa, em cada ano civil. Ele determina, portanto, a riqueza gerada pela entidade e o quanto ela contribuiu para o Produto Interno Bruto (PIB) local. É basicamente através desta estatística que a Secretaria da Fazenda distribui os recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Fonte: Movimento Econômico - Associação dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp)

Importância para os municípios

A Constituição determina que, de todo o produto arrecadado através do ICMS, 25% pertence aos municípios. Esta parcela é distribuída aos municípios da seguinte forma:

1. No mínimo 75% da arrecadação é dividida proporcionalmente, conforme o valor adicionado de cada município.
2. Os 25% restantes são distribuídos de acordo com a lei de cada estado. Em Santa Catarina, 15% da quantia deve ser distribuída igualmente entre todos os municípios, e 85% de acordo com o valor adicionado.

cidades e as políticas de fomento à indústria do governo do estado e do Sebrae.

"As empresas geram empregos, renda, atraem novos investimentos, estimulam melhorias na infra-estrutura, possibilitam crescimento na prestação de serviços e aumentam a arrecadação de impostos do município", defende Márcia Camilli, coordenadora da área de política econômica e industrial da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Apesar disso, Lins explica que se existem problemas que afetam o ambiente econômico da corporação, uma situação de crise é instaurada em toda a cidade.

Um exemplo de problemas nesta relação foi a transferência de importantes setores da Perdigão de Videira para a cidade de Itajaí, a partir de 2004. "A saída das pessoas que tinham altos cargos administrativos deixou um vácuo no setor de consumo classe A da cidade", conta Ros-

si. "Saíram as pessoas com maior poder aquisitivo. A queda foi sentida em vários setores do comércio, como confecções, calçados e joalherias", completa José das Neves Olivo, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município. Rossi destaca ainda a perda de mão-de-obra qualificada. "Não é o tipo de trabalhador que costuma entrar todo ano na cidade".

Para impulsionar outros setores econômicos, a prefeitura videirense adotou, nos últimos anos, medidas como: o incentivo econômico usado para promover a instalação de outras empresas em Videira, como a Sucos Fisher; a abertura para o ramo de automóveis; a aposta na gestão da Videplast, de embalagens, que contratou 1.400 novos empregados; e o fomento à criação de gado leiteiro. O resultado foi o crescimento econômico de 8,10% no município entre os anos de 2006 e 2007.

Grazielle Schneider

Entrevista

"Elas são uma carga pesada, um ônus"

O ZERO entrevistou, por email, Rosélia Piquet, professora da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em teoria econômica pela mesma instituição. Membro do comitê assessor internacional da *Revista Latinoamericana de Estudos Urbano Regionales* e do conselho editorial da *Revista de Desenvolvimento Econômico*, é autora da obra *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*, publicada pela editora Jorge Zahar há dez anos.

Zero - De onde surgiu o conceito de cidade-empresa?

Rosélia Piquet - A expressão designa uma prática empresarial historicamente observada tanto nos países de industrialização pioneira quanto nos de desenvolvimento industrial tardio, como o Brasil. O que nos instigou a aprofundar a reflexão foi o fato das cidades-empresas, ou *company towns*, serem extremamente mal vistas: nos textos sociológicos de orientação marxista sobre as experiências de fins do século XIX e início do século XX, representam a exacerbação do domínio dos empresários sobre os empregados. Contrariamente, na opinião das modernas administrações empresariais, são uma carga pesada - um ônus e não um bônus.

Quais as características verificadas nas cidades-empresa que você retratou em seu livro?

Todas as cidades retratadas no livro tiveram sua origem como núcleos habitacionais privativos de empresas de grande porte. As experiências analisadas englobam tanto empresas do setor produtivo estatal quanto do setor privado.

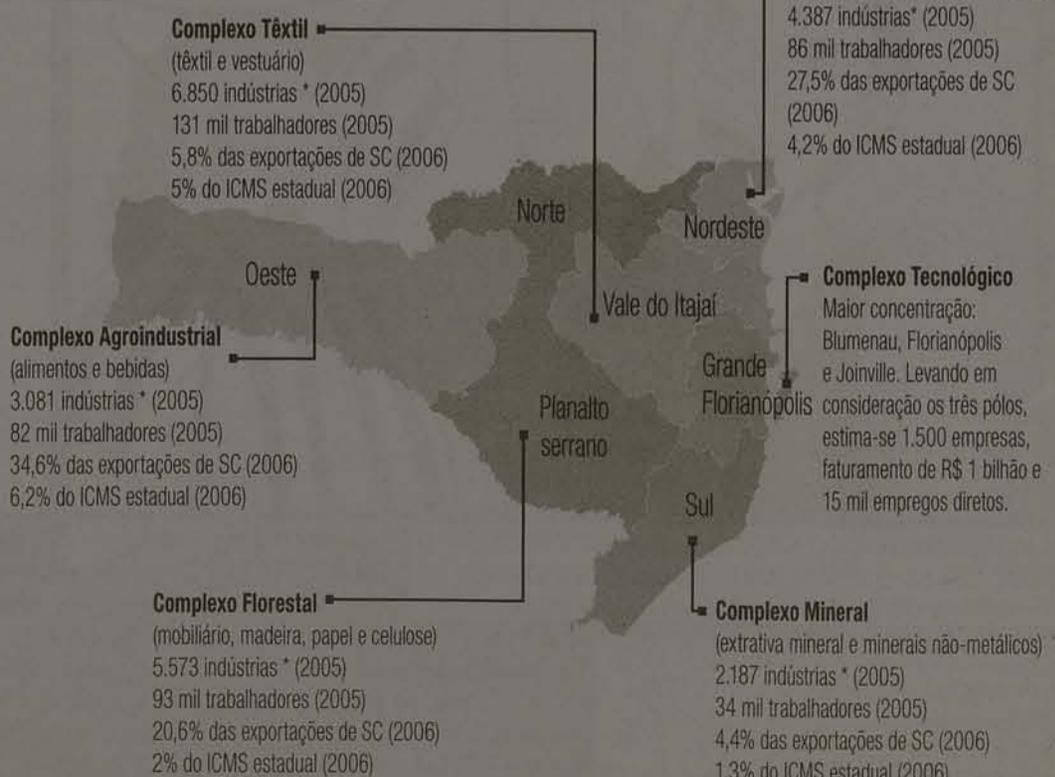
Como as empresas de grande porte influenciam na formação urbana dessas cidades?

As empresas que começam a operar em novos setores produtivos tendem a apresentar um padrão locacional diverso daquele das atividades até então existentes. Passam a exigir novas condições gerais da produção (infra-estrutura e serviço), muitas vezes não disponíveis na estrutura urbana existente. As cidades são levadas a investir em itens complexos e dispendiosos para uma empresa isoladamente, tais como: meios de comunicação, habitação para os empregados, oferta de serviços educacionais, de saúde e outros.

É possível afirmar que as cidades-empresa têm a estrutura socioeconômica mais desenvolvida?

Sim, porque ainda que inicialmente as condições gerais da produção - meios de comunicação, serviços educacionais, saúde, etc. - sejam privativas da empresa, a tendência histórica observada é de que este seja apenas um momento de sua trajetória. Ou seja, a cidade-empresa originalmente implantada tende a crescer e a transformar-se em "cidade-aberta".

Distribuição industrial de SC



Santa Catarina se destaca no mercado de crédito de carbono

Empresas do estado investem em redução de gases através de projetos de cogeração de energia, hidrelétricas e suinocultura

Santa Catarina é o quinto estado que mais desenvolve projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com 8% do total de empreendimentos do Brasil. A informação foi divulgada em maio pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), do Ministério de Ciência e Tecnologia, com base em dados compilados pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC). Com participação de 4% no Produto Interno Bruto do país, os empresários de Santa Catarina estão atentos ao novo mercado que surgiu através do MDL – o de carbono – e movimentou, apenas em 2007, três bilhões de euros no Brasil.

O engenheiro Felipe Bittencourt, da MundusCarbo, consultoria nacional especializada em carbono que desenvolve projetos em Santa Catarina, explica que a maioria dos investimentos no estado são em energia com cogeração de resíduos ou em construção de pequenas centrais hidrelétricas. Santa Catarina também domina o setor de suinocultura na região Sul, com 38%, e está começando a desenvolver projetos mais ambiciosos com a coleta e tratamento dos resíduos para a geração de energia limpa.

Esta distribuição é semelhante a do cenário nacional: o setor que mais atrai investimentos no país é o da redução de gases do efeito estufa (GEE) através de energias renováveis, com 47% dos projetos de MDL. A predominância nesta área indica que as reduções de emissões brasileiras se concentram no dióxido de carbono (CO₂) – 67% dos empreendimentos. No entanto, José Domingos Miguez, Secretário Executivo da CIMGC, explicou que o maior volume de reduções de GEE vem de projetos em aterros sanitários e em suinocultura, que reduzem o metano (CH₄), e projetos desenvolvidos por indústrias com redução do óxido nitroso (N₂O). Para ampliar o potencial de redução, o Brasil deve investir mais nesses setores, já que hoje os MDL brasileiros reduzem 34% de CH₄ e apenas 1% de N₂O.

A comercialização dos créditos se dá através das bolsas de carbono, que funcionam como bolsas de valores, mas especializadas na negociação das certificações. Até abril, cada crédito (equivalente a uma tonelada de gás reduzido) brasileiro poderia ser vendido por até 17 euros, dependendo de sua origem. Se o

projeto envolver ações sociais e de sustentabilidade, vale mais.

A responsabilidade pela comercialização varia. As empresas donas dos projetos de MDL podem vender seus créditos, mas geralmente as bolsas especializadas compram o montante total e depois revendem. Algumas consultorias também atuam dessa forma ou compram uma porcentagem dos créditos, como a MundusCarbo. Além das empresas, consultorias e bolsas, os governos interessados também podem comprar as certificações.

Projetos em Santa Catarina

A catarinense Celulose Irani S/A é uma das empresas que decidiram investir no MDL. Hoje, desenvolve dois projetos, ambos aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU): um de cogeração de energia, cujo investimento foi de R\$ 24 milhões e outro com estação de tratamento de efluentes, no qual foram aplicados R\$ 9 milhões. De acordo com Leandro Farina, Gerente da Qualidade e Meio Ambiente da empresa, a projeção é de que os investimentos pela venda dos créditos sejam amortizados ao longo de 21 anos.

Farina também destaca a importância da aplicação de tecnologias limpas na produção. "Busca-se produzir mais com equipamentos e processos que minimizem o consumo de recursos, matéria-prima e insumos", afirma.

A Brescel Energia, empresa de Tubarão especializada em projetos de geração de energia renovável, investe em uma metodologia de tratamento de dejetos de suínos. A estimativa é de que o empreendimento trabalhe com cerca de 100 mil toneladas de CO₂ por ano e trate os dejetos de mais de 300 granjas em uma única estação de tratamento. Os resíduos serão recolhidos periodicamente e levados à central, onde também haverá uma térmica para a produção de energia.

Projeto semelhante desenvolve a Sadia S/A, através do Instituto Sadia de Sustentabilidade. A implantação do Programa 3S teve início em novembro de 2005 e hoje já reúne mais de mil granjas de suínos. O projeto prevê a redução das emissões de CH₄ com a instalação de biodigestores para o tratamento dos dejetos dos animais. Cada granja consegue reduzir cerca de 389 toneladas de CO₂, o que gera 3.894 créditos por ano.

O lucro obtido com a venda dos créditos é dividido entre os suinocultores, descontado o custo inicial da instalação do biodigestor e da execução do projeto. Para a primeira etapa do programa foram investidos R\$ 60 milhões, através de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Programa 3S foi aprovado pela ONU como o primeiro do mundo na categoria MDL Programático. Criada em 2007, esta nova categoria é uma opção dentro do MDL que possibilita o registro de vários pequenos projetos cuja metodologia é a mesma, porém podem ser executados em tempo e local distintos.

Etapas antes da comercialização

A quantificação das emissões e reduções de GEE é etapa fundamental para que os projetos de MDL obtenham as certificações e possam comercializá-las no mercado de carbono. O monitoramento deve ser feito pelo proponente do projeto ou por consultoria especializada. Este inventário deve ser verificado e certificado por uma Entidade Operacional Designada credenciada pela ONU. Por fim, o relatório é encaminhado ao Conselho Executivo do MDL, que analisará o documento e concederá as certificações.

No Brasil, os dados de emissão de GEE foram monitorados nacionalmente, e não por estado. No entanto, segundo o Secretário Executivo da CIMGC, José Domingos Miguez, os 28 projetos de SC que estão em uma das fases do ciclo do MDL têm uma projeção de redução de mais de 17 milhões de toneladas de GEE. Essa estimativa é para o primeiro período de obtenção dos créditos, ou seja, 10 anos se o projeto tiver tempo de execução fixo ou 7 anos para os projetos renováveis.

Para incrementar o suporte técnico das empresas no gerenciamento das emissões de GEE, foi criado o Programa Brasileiro de Inventário Corporativo de Gases de Efeito Estufa, que utiliza a metodologia Greenhouse Gas Protocol, a mais utilizada em todo o mundo. A GHG Protocol já é utilizada por empresas nacionais, como a Natura e a Petrobrás, e o objetivo do programa é difundir essa metodologia e orientar as empresas quanto a sua aplicação. O lançamento oficial do programa aconteceu no último dia 12, em Brasília.

Carolina Pompeo Grandó

O que é?

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

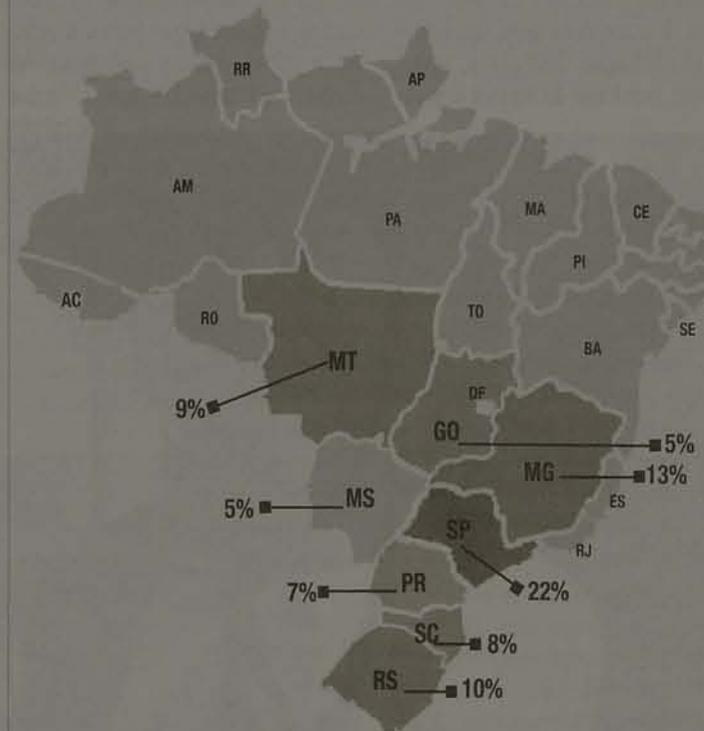
O MDL é um dos três mecanismos de compensação de emissões de gases do efeito estufa (GEE) criados como parte do Protocolo de Quioto, em 1997. Através destes mecanismos é possível que os países industrializados reduzam suas emissões de GEE em 5,2% em relação aos níveis de 1990 durante o período de 2008 a 2012, como determina o Protocolo. Os chamados países em desenvolvimento que assinaram o documento, entre eles o Brasil, só podem desenvolver projetos no âmbito do MDL. Os outros dois mecanismos, o Mercado de Emissões e a Implementação Conjunta, foram criados para atender aos países pertencentes ao Anexo B, como Alemanha, Canadá e França. Diante da dificuldade encontrada para cumprir as metas de redução estabelecidas pelo Protocolo, surgiu o mercado de carbono. Países em desenvolvimento investem em projetos com tecnologias renováveis para reduzir as emissões. Depois de cumprir a própria meta, a redução excedente se transforma em créditos que serão comprados pelos que poluíram além da sua cota. Resumindo: quem consegue, polui menos para que outros possam po-

luir mais, desde que paguem para tanto. Em alguns casos, países industrializados e interessados nos créditos investem em tecnologias para que novos projetos sejam implantados.

Neste cenário, o Brasil se destacou como o país a desenvolver o primeiro projeto registrado pelo Conselho Executivo do MDL, em 2004, o NovaGerar – que produz energia a partir dos gases de dois aterros sanitários em Nova Iguaçu (RJ). Desde então, o número de empreendimentos brasileiros no âmbito do MDL cresceu e hoje a CIMGC, responsável pela avaliação das propostas, já aprovou um total de 179 projetos. Ainda há mais de 100 tramitando no ciclo de projetos do MDL – processo constituído de sete etapas necessárias para conquistarem as Reduções Certificadas de Emissão, ou créditos de carbono. Estes números fazem do Brasil o terceiro país do mundo que mais desenvolve projetos de MDL, com 9% do total de 3217 que estão em alguma fase do processo burocrático. Em primeiro lugar vem a China, que soma 1091 propostas, ou 34% do total, e logo atrás a Índia, que totaliza 912 projetos, ou 28%.

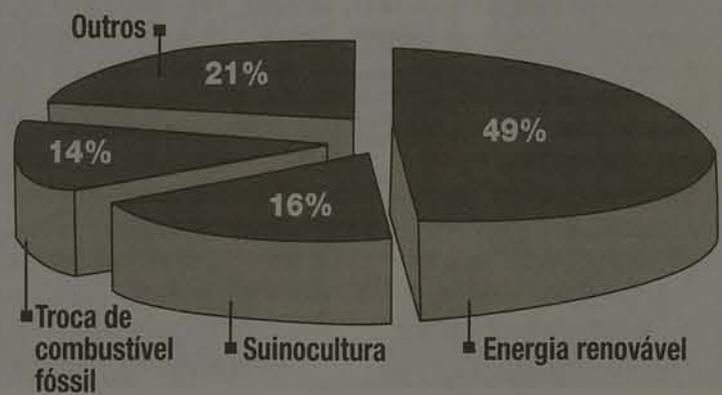
MDL no Brasil

O país possui 179 projetos de MDL. Confira a distribuição por estado:



Fonte: Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima

Redução de gases por setor no Brasil



Fonte: Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima

Tecendo inovações no setor têxtil

Florianópolis implanta projeto pioneiro de produção de roupas que previnem câncer de pele e não agredem a natureza

Os agentes de saúde de Florianópolis estão usando, desde o início de maio, uniformes fabricados de tecidos ecologicamente corretos e que possuem proteção solar. A iniciativa foi da médica oncologista Senen Hauff, que coordena trabalhos de prevenção ao câncer de pele na prefeitura da capital. As malhas são confeccionadas com material 100% algodão e recebem um tingimento especial que fecha as fibras para que os raios solares não passem.

O projeto implantado pela Secretaria Municipal de Saúde é inédito no país e foi recomendado pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) como modelo a ser adotado no Brasil. De acordo com Hauff, ações como esta não são realizadas em outros lugares pela falta de consciência da necessidade de prevenção a longo prazo, que é o caso do câncer de pele. "Vamos ver o resultado dessa ação daqui a 10 anos", diz a médica.

Os tecidos com proteção solar são 15% mais caros que os utilizados anteriormente para a confecção dos uniformes. Os agentes receberam também uma mochila contendo um chapéu de pano com abas, um colete com identificação, prancheta, protetor solar, repelente de insetos e guar-

da-chuva. A vantagem, lembra a médica, é que "o novo uniforme é mais eficiente na prevenção porque antes nem todos os agentes utilizavam a loção protetora para trabalhar".

A empresa LC Malhas, de Brusque, que venceu a licitação para fornecer o tecido com proteção solar à prefeitura, foi a primeira a produzi-lo no estado e confecciona também outros 15 tecidos considerados ecologicamente corretos. Um deles, por exemplo, utiliza garrafas PET, material que, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), demora cerca de cem anos para se decompor.

De acordo com Rodrigo Bastos Rocha, gerente de produto da LC Malhas, em média, para produzir cada um dos 15 tecidos que empregam algum tipo de inovação tecnológica, a empresa gasta aproximadamente R\$30 mil. Já na confecção das malhas comuns este valor cai cerca de 20%. A estimativa inclui desde a compra da matéria-prima até a colocação do produto no mercado.

A malharia de Brusque é também parceira de um projeto de extensão da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) que busca incentivar o uso de tecidos ecologicamente corretos, o Ecomoda. O grupo, forma-



Grupo de estudantes e professores da Udesc confecciona roupas e acessórios a partir de material que seria descartado na indústria

do por 25 integrantes entre alunos, professores e pessoas da comunidade, trabalha no ateliê do Centro de Artes da Udesc e utiliza máquinas de costura, acabamentos manuais, bordados, aplicações, fuxicos, *patchwork* e tingimentos. Toda a matéria-prima é de segunda mão, vinda de doações. Além de roupas, são produzidos acessórios, objetos de decoração e brinquedos. A fabricação depende do material disponível para trabalhar.

A parceria entre a LC Malhas e o grupo da Udesc começou em 2004. A empresa fornece tecidos para que os alunos façam coleções que são apresentadas em desfiles. Rocha afirma que estar em contato com os estudantes e próximo do desenvolvimento de idéias do ambiente universitário, fazendo uma ponte entre academia e mercado, são os interesses da empresa no apoio. Além disso, há a possibilidade de fortalecer sua marca.

A professora do departamento de Moda da Udesc e coordenadora do Ecomoda, Neide Schulte, conta que é difícil introduzir no mercado a preocupação com sustentabilidade e inovações da área têxtil. A pesquisadora e professora do departamento de Moda da Udesc, Maria Izabel Costa, concorda com a afirmação e completa dizendo que é preciso mostrar um trabalho pronto para convencer os industriais. "Só falar, não adianta. Não há argumento que baste. Tem que mostrar".

No projeto de pesquisa "Criação e Transformação Têxtil", coordenado por Costa, alunas da graduação e da pós-graduação em Moda da Udesc vão até as empresas têxteis e mostram formas de reaproveitamento

das sobras de tecido. Além destes materiais que seriam descartados, sobras de fios também viram novas peças. Por exemplo, na urdidura do jeans, são usados fios de primeira mão, os penteados. As linhas reaproveitadas, chamadas cardadas, podem ser usadas na trama.

A empresa Sur Camisetas é parceira da pesquisa de Costa e, de acordo com o proprietário da fábrica, Ricardo Luiz Sempre Bom, o objetivo é também fazer um *link* entre a universidade e o mercado. A cada semestre, a Sur doa para o projeto dois rolos de tecidos, que representam 30kg, além de 20kg de material que seriam descartados. A empresa cede ainda seus equipamentos de serigrafia para que os alunos possam realizar seus trabalhos.

Estilo e sustentabilidade

"Depois que minha filha nasceu, em 2002, fui tomada por uma grande angústia. Como será o futuro? Depois de uma fase de apatia, despertei e percebi que eu posso fazer a minha parte. Por meio da minha profissão, posso desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento de uma consciência coletiva de preservação do nosso lar, o planeta Terra", diz a professora Schulte.

Além de contribuir com o meio ambiente reaproveitando materiais e utilizando tecidos produzidos sem poluir a natureza, é possível traba-

lhar e ganhar dinheiro com a ecocomoda. A estilista Terezinha Isabel Possidônio, ex-aluna do curso de Moda da Udesc, confecciona roupas a partir de materiais que seriam descartados. Ela compra restos de tecidos de indústrias e customiza blusas. Uma peça feminina que leva de três a quatro horas para ser feita custa em média R\$ 55, incluídos no preço o material e mão de obra. A

Universidade mantém parceria com empresa de Brusque para incentivar o uso de tecidos ecologicamente corretos

estilista diz que tem a pretensão de montar uma cooperativa e que acredita ser possível trabalhar e ter lucro vendendo peças mais baratas que o valor de mercado.

Na próxima edição do Floripa Fashion Donna DC, evento de moda que

acontece semestralmente em Florianópolis, Costa, com a marca Udesc, vai apresentar uma coleção inspirada em sementes naturais, com peças confeccionadas a partir de amostras de tecidos 100% algodão. O material foi doado pela Sur Camisetas.

O Ecomoda já participou de desfiles e eventos em todo o país. No 1º Veg Fashion, realizado durante o 36º Congresso Mundial de Vegetarianismo, em 2004, em Florianópolis, o tema foi "Moda sem crueldade". Em 2006, o desfile "modaCOMpaixão", com o mesmo conceito, foi realizado durante o 1º Congresso Vegetariano Brasileiro e Latino-americano, em São Paulo.

Com reportagem de Nanni Rios e Janaina Cavalli



Servidores da prefeitura da capital trabalham com camisetas que possuem filtro solar

Estudos da cultura negra no cotidiano das salas de aula

Lei prevê obrigatoriedade da história afro-brasileira por meio de disciplinas de educação artística e literatura desde 2003

Eravam 19h e três crianças de pele clara já aguardavam em frente ao portão. Instantes depois, chegou o professor Edinho Roland — *dreads* no cabelo, um metro e oitenta (ou mais) de altura, negro. Em seguida, outros alunos brancos e negros apanharam seus instrumentos e o batuque foi surgindo aqui e ali. Poucos minutos depois, 20 crianças batucavam descompasadamente, dentro do pequeno pátio da Escola Comunitária da Lagoa do Peri.

A cena, hoje comum, seria improvável no Brasil de 1889. Até a proclamação da República, crianças negras não podiam frequentar escolas. Quando caiu a proibição, elas passaram a ter aulas somente no período noturno. Subitamente, muitas escolas pararam de funcionar à noite. A Constituição de 1988, elaborada há 20 anos, traz artigos que visam, especificamente, combater a discriminação.

Como forma de reparar os danos causados pelos séculos de omissão do Estado, foi criada, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03 do Ministério da Educação (MEC) que obriga o ensino de História e Cultura Afro-brasileira para o ensino fundamental e médio. Três anos depois, em 2006, foi lançada uma cartilha com as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana".

O documento esclarece que a obrigatoriedade da inclusão desta disciplina nos currículos não visa deslocar o foco da Europa para a África. "A intenção é educar cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática", foi o que afirmou o então ministro da Educação Tarso Genro na apresentação da cartilha.

A institucionalização da lei no país requer maior fiscalização, formação

diferenciada e recursos financeiros. Essas foram as conclusões até agora dos Diálogos Regionais, eventos que já aconteceram em seis estados das cinco regiões brasileiras. Os Diálogos discutem a necessidade de materiais didáticos e formas de o governo fiscalizar as escolas, inclusive as particulares. Cada

edição, reúne professores universitários e da rede básica de ensino, representantes de movimentos sociais e Conselhos Municipal e Estadual de Educação para discutir a elaboração de um Plano Nacional para implementação das Diretrizes. Nos dias 1º e 2 de julho, o Governo Federal irá receber as propostas para colocar em prática a lei criada em 2003 e a promoção de uma

cultura ainda em segundo plano nos currículos escolares.

Em Florianópolis

A Secretaria Municipal de Educação capacitou os professores da rede

municipal do ensino fundamental. "Oferecemos cursos de formação continuada, de 120 horas iniciais, por meio de encontros quinzenais que tratavam da história e consciência negra", afirma Sônia Carvalho, coordenadora do Programa de Diversidade Étnico-racial da Secretaria Municipal da Educação.

A alternativa encontrada pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi inserir a temática afro-brasileira nas disciplinas de Estudos da América Latina e História Geral. Como complemento, a escola tem também aulas de capoeira. O diretor geral do Aplicação, Romeu Bezerra, garante que já havia uma preocupação com as questões étnicas antes mesmo da lei. "Nosso cotidiano não foi alterado. Passamos apenas a dar ainda mais atenção à temática. Hoje desenvolvemos atividades específicas durante a semana do Dia da Consciência Negra, como debates e discussões", exemplifica.

Na Escola Comunitária da Lagoa do Peri, citada no começo desta matéria, as ações do Africatarina visam valorizar e divulgar a cultura afro-brasileira, indo além dos currículos escolares. Edinho, professor de per-



A prática da capoeira é um dos recursos utilizados para reforçar a participação da cultura negra na identidade nacional



O maracatu é uma manifestação da música folclórica pernambucana afro-brasileira

cussão, conta as dificuldades de implantação de projetos sócio-culturais desse tipo, tanto em Florianópolis como em outros lugares onde trabalhou. Ele acredita que os grupos menos favorecidos ficam à margem das políticas públicas culturais porque são vistos como ameaça para uma identidade nacional única e sólida.

Do A ao Africatarina

Em 1978, foi criado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Grupo A. A proposta: reunir estudantes que escolheram o teatro como forma de expressão. Participaram do grupo artistas como Ademir Rosa, Ney Piacentini, Elisa Oliveira e Márlio da Silva. As peças eram montadas pelo método da criação coletiva, em que todos participam da concepção e não há um diretor. Em 2001, o Grupo A se transformou no Africatarina. Fátima estava no elenco do Grupo que, em 1985, apresentou *Vivo numa Ilha* pela primeira vez, e pretende repetir a experiência com as crianças do Africatarina.

"Nossa intenção não é fazer *apartheid*. Se fosse cultura raiz, eu, com meus cabelos loiros, não poderia participar!", enfatiza. O grupo oferece oficinas de percussão, teatro e boi-de-mamão para crianças entre sete e 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. As aulas acontecem em escolas da rede pública nas comunidades da Armação do Pântano do Sul, Lagoa da Conceição e Agrônoma, na capital.

Com reportagem de
Graziele Frederico, Nanni Rios e
Manuela Franceschini

O guardião da coroa abandonada

Para o bisneto da princesa Isabel, D. João era um príncipe sagaz e a rainha, D. Maria I, uma santa

Fotos: Eduardo Wolff

A memória da fuga da realeza lusitana naquela manhã de 29 de novembro de 1807, encabeçada por um príncipe indeciso, sua esposa ninfomaniaca e uma rainha insana não corresponde à realidade, de acordo com D. Bertrand de Orleans e Bragança. Contrário ao que se estuda nas aulas de História, ou ao que foi apresentado no livro *1808*, do jornalista Laurentino Gomes, o trineto de D. Pedro II cruza o país fazendo palestras sobre os 200 anos da chegada da família imperial ao Brasil. Nos eventos em que participa é chamado de príncipe, por ser o segundo na ordem de sucessão, caso a monarquia seja restaurada - o primeiro seria D. Luís, seu irmão.

Sem coroa ou anéis de ouro, D. Bertrand apresentou-se em abril no Palácio Cruz e Souza em Florianópolis ou Nossa Senhora do Desterro - como se refere à cidade -, de terno azul com corte reto, sapatos bem engraxados e uma gravata bordô, além de um pequeno broche que representa um escudo imperial. No palácio, cerca de 80 cadeiras de madeira escura foram ocupadas por autoridades públicas, membros do partido monarquista e alguns jovens de 20 e poucos anos, com porte ereto e vestidos impecavelmente. Atentos, ouviram a versão do príncipe para a história luso-brasileira. Na Academia Catarinense de Letras, ao ser convidado para compor a mesa ao lado do prefeito da capital e outras autoridades, foi chamado de *Sua Alteza Real* pelo presidente da casa, Lauro Junkes. Estavam ali para a posse do escritor Gilberto Callado, agora imortal, em cuja residência se hospedou o representante do Império.

Quando pronuncia a letra 'r' entrega a influência francesa. O descendente de D. João nasceu e viveu durante quatro anos nas terras de Napoleão, onde sua família refugiou-se durante a Segunda Guerra Mundial. No discurso, chamou atenção por converter réis em reais em poucos segundos, apenas calculando a quantidade de quilos de ouro.

A versão da família

A chegada da família real, tema central da conferência no palácio, foi decisão estratégica, fruto da sagacidade de D. João VI. A rainha D. Maria I teria ficado louca por causa da Revolução Francesa, garante D. Bertrand. Já o autor de *1808* levanta a hipótese de que a rainha tenha feito o mesmo que o rei da Inglaterra, George III, que andava de camisolas pelo palácio, fingindo-se de insano por medo da guilhotina e das garras de Napoleão.

A visão corriqueira de que a corrupção começou no Brasil com a chegada da família real portuguesa é vista como uma infâmia por D. Bertrand. "Uma família moralizada, católica,



regida por uma rainha santa e um príncipe muito capaz", indigna-se. Quando questionado sobre o que faz a realeza ser lembrada de forma caricata, o príncipe considera tratar-se de má fé dos republicanos, que deformaram a história. "Se houve um personagem da história do Brasil que teve a imagem denegrida injustamente foi D. João VI. Se não fosse por ele, hoje nós seríamos um conjunto de 'republicuetas' como nossos vizinhos pan-americanos."

Polêmico, Bertrand é taxativo ao falar da relação entre os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil e os nativos indígenas. O príncipe garante que a convivência era "extraordinariamente" amigável, desenvolvida sob troca de culturas e favores. De sua bisavó, Princesa Isabel, fala com pouco entusiasmo, apesar do respeito. "Ela sabia que iria perder o trono, mas quis fazer justiça", diz ao se referir à assinatura da Lei Áurea.

Enquanto narra fatos históricos, compara as comemorações do bicentenário da família real com os 100 anos da República. "O centenário foi celebrado por 40 pessoas, numa cerimônia só para ministros e o presidente". Ele afirma que o próprio Deodoro da Fonseca, no ato da proclamação, "levantou seu quepe e em vez de dizer 'viva a república', declarou 'viva o imperador'".

As críticas ao novo regime ficam mais enfáticas quando discute a relação entre o Brasil e a monarquia. Os 13% dos brasileiros que votaram a favor da monarquia, no plebiscito de 1993, confirmam que o povo está cansado da república e que possui índole monárquica. Pelo menos é nisto que D. Bertrand acredita. Com os olhos



“Você já viu alguma loja chamada Presidente da Bicicleta? Mas Rei da Bicicleta, com certeza você já viu”

Dom Bertrand

azuis escuros bem arregalados e um sorriso no canto da boca, ele levanta a seguinte questão: "Você já viu alguma loja chamada o *Presidente da Bicicleta*? Mas o *Rei da Bicicleta*, com certeza você já viu. Isso é a índole monárquica do brasileiro".

D. Bertrand não é de fazer piadas. Ri pouco e gesticula muito, enquanto atropela as palavras ao falar. No Brasil, é mais conhecido pela polêmica ONG que coordena, Paz no Campo, e por

Sem corte ou vassalos, Dom Bertrand segue uma rotina nada Real: mantém um blog, coordena uma ONG contra a reforma agrária e faz ginástica todos os dias

seu blog hospedado no site da organização, que atualiza quase diariamente.

O príncipe explica que o objetivo da ONG é defender a propriedade privada e a livre iniciativa, além de alertar para os efeitos da reforma agrária e dos movimentos ditos sociais, que querem afastar o Brasil dos rumos benditos da civilização cristã. Rumos que, completa, seus antepassados tanto ajudaram a construir no país, hoje assolado por uma revolução cultural de caráter socialista. Em suma, faz críticas ao Movimento Sem Terra (MST) e suas invasões.

Outro grupo que D. Bertrand critica ferrenhamente em entrevistas é o movimento negro. Embora a luta seja para garantir aos descendentes de escravos a posse das terras quilombolas, o príncipe afirma que o verdadeiro objetivo dos ativistas não é a terra, mas a subversão da ordem. "O alvo desses grupos que falam em distribuição de terra, sejam eles sem-terra ou quilombolas, é o comunismo. Em todos os países onde o comunismo se implantou, o primeiro passo foi a bandeira da reforma agrária, como em Cuba, União Soviética, China, Hungria."

Rotina Real

Aos 67 anos, D. Bertrand mora com o irmão num casarão em São Paulo e viaja de três a quatro vezes por mês pelo Brasil ou para o exterior. Acorda todos os dias às 6h30, não perde uma missa, é devoto de São José e não dorme sem terminar de rezar um rosário. Lê diariamente as edições do *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, só ouve mú-

sica clássica porque não gosta de cacofonia, e adora ler obras biográficas. A última foi sobre D. João VI, de 1909, do historiador Oliveira Lima. "Esse, sim, é um bom livro", elogia. Eduardo Bueno, do quadro *É muita história*, do *Fantástico*, da Rede Globo, também é citado pelo príncipe como referência.

Para ler no avião, *A volta com honra*, edição em inglês. Não é fluente na língua inglesa, ao contrário do castelhano e do francês, mas compreende bem. Na mesa de cabeceira, o livro *Os santos que viram a santíssima virgem*. Da cultura brasileira, enaltece as obras de Aleijadinho e vê poucos filmes, geralmente na casa de amigos ou pelo computador, pois não tem televisão em casa. "Papai nunca teve", justifica.

D. Bertrand mantém a rotina de ginástica todos os dias, mas também gosta de atirar e praticar alpinismo. Come de tudo, com exceção de chuchu e miolo. Continua solteiro por opção pessoal: "Se eu tivesse família, não poderia nem de longe fazer o que faço hoje em dia", e revela não se sentir sozinho graças aos 11 irmãos e 11 sobrinhos.

Só toma vinhos portugueses, chilenos e argentinos - "os franceses ou são horríveis, ou muito caros" - e se considera totalmente brasileiro, mesmo tendo nascido no exílio francês. Acredita que o futuro promissor do Brasil depende da instalação da monarquia e quando questionado se o sistema tem possibilidades de ser reimplantado no país, conclui: "tenha certeza que [sim], com a graça de Deus".

Juliana Gomes
colaboração Eduardo Wolff

“Vir ao bingo é viver”

Nos bairros de Florianópolis, senhoras se reúnem para participar de jogos beneficentes. A companhia das amigas e a diversão das cartelas garantem uma rotina saudável e a manutenção de ações sociais

Grupo de amigas se distrai no bingo do Centro Comunitário do Pantanal

Olvorço das senhoras só diminuiu depois do anúncio. “O primeiro prêmio vai ser um faqueiro.” A voz firme, que saía de um alto-falante, vinha do canto do salão. Era de um senhor que, sentado sobre um palco baixo e estreito, segurava o microfone diante de um pequeno globo cheio de bolinhas de madeira numeradas. Ao redor, duas tábuas abarrotadas de brindes. “Leva quem fizer sete pedras, vamos começar.” Ia começar a primeira rodada. Elas, que antes dividiam histórias da semana com as amigas, pegaram algumas pedrinhas nas mãos para marcar os números. “Primeira pedra, B cinco.” Acentuando a letra e o algarismo, o locutor do bingo lançava a sorte naquela tarde de domingo. Mais de 200 pessoas compraram quase 500 cartelas.

Para dona Marlene do Valle, “um sucesso, sem dúvida”. Ela coordena o Grupo de Amizade da Terceira Idade da Agrônômica, que organizou aquele bingo no salão de festas da igreja São João Batista. O dinheiro é para ajudar uma colega, dona Maria Dalvina, a reformar a casa de madeira onde mora há 30 anos, no morro do Horácio. Faz três mandatos que a prefeitura prometeu colaborar na obra, mas dona Marlene é prática.

“Entra prefeito e sai prefeito, e não adianta ficar só

esperando.” Com cartelas a três reais, elas conseguiram juntar R\$ 1.500. É pouco para a reforma. Elas precisam de dez vezes esse valor para garantir um lar decente para dona Maria. Mas, como as prendas do bingo foram doações das associadas, todo o dinheiro será usado na obra. “Foi emocionante ver toda aquela gente no salão. Quinze pessoas ficaram do lado de fora porque não tinha mais cadeira.” Dona Marlene se orgulha em dizer que foi o maior bingo da Agrônômica até hoje. “Acho que encheu porque o pessoal se mobilizou pra ajudar”, conclui com o sorriso do dever cumprido. Mas o mundaréu de gente aglomerado no salão pode ter outra explicação. Rosalina Antunes, de 58 anos, bingueira desde que o primeiro marido lhe deixou uma pensão de três salários mínimos, conta que “o pessoal vem antes pra jogar, ajudar é consequência”.

Rosalina tinha gasto R\$ 15 com cinco cartelas, mas naquele domingo não levou nada. “Era de se esperar que eu não ganhasse, levei pouco dinheiro.” Quando vai aos bingos beneficentes, costuma levar R\$ 50 e comprar até dez jogos. Em casa, uma coleção de prêmios: duas tele-visões, uma bicicleta e vários utensílios de cozinha. Acabou se apaixonando pelas cartelinhas depois que o primeiro marido morreu. Sempre foi dona

de casa, e como ficou sozinha, começou a jogar com as amigas. Antes ia para as grandes casas de bingo, gostava da classe. Nos tempos em que eram legais em Santa Catarina, Rosalina gastava até R\$ 150 por noite. Hoje frequenta os bingos de associação com ressalvas. “Vou aos beneficentes e não fico tão à vontade, mas me divirto também.” Uma vez perguntou para um psicólogo se ela era viciada. “Como eu só marco minhas cartelinhas três vezes por semana, ele disse que não”, comemora.

Força nos bairros

Na segunda-feira seguinte ao bingo da igreja São João Batista, lá estava Rosalina no Centro Comunitário do Pantanal. Chegou só, pontualmente às duas da tarde. Passou pelo caixa do salão, comprou sete cartelas, voltou e acomodou-se ao lado da porta de entrada. Junto de Rosalina, sentou-se uma amiga de bingo. As duas dividiram a mesa e começaram a conversar sobre a falta de civilidade de outras senhoras que estavam ali. “Não vejo a hora do Golden abrir outra vez”, comentou a amiga. Rosalina concordou. Quando Romeu Franzoni Júnior, presidente do Centro Comunitário, foi à mesa e anunciou por microfone o início do bingo, ela pediu silêncio para a colega e derramou algumas pedrinhas sobre a mesa. “Hoje eu tenho que ganhar alguma coisinha”, disse sorrindo com o sotaque de manezinha.

O bingo beneficente do Pantanal existe há anos e é famoso. Franzoni Júnior conta que os bingos são a melhor forma de organizar as finanças do Centro Comunitário, que promove cursos de dança, oficinas de pintura e presta assistência aos moradores do bairro. “Se aparece alguém precisando de ajuda, a gente analisa e, se a solicitação for aprovada por

um conselho, repassamos as verbas”. Boa parte do financiamento vinha do Governo do Estado e da Prefeitura de Florianópolis. “O problema é que esse dinheiro demora mais de sete meses pra chegar, aí temos que apelar para os bingos beneficentes”, conta. O Centro Comunitário do Pantanal tem três grupos de idosos que organizam seus eventos separadamente. Bingos organizados nas segundas angariam dinheiro para viagens; nas terças, para custear projetos do bairro; os de quarta cuidam da assistência social. Nas sextas, um extra para pagar os vencimentos dos funcionários do Centro. Público não falta.

Todos os dias que tem jogo a casa recebe pelo menos 150 pessoas. Júnior costuma ser o cantador das pedras. Com uma voz grave e nítida, consegue manter a ordem e organizar as rodadas a tarde inteira. Quando alguém completa um jogo e grita “deu!”, Júnior dita o fim do jogo dizendo “bingo” ao microfone. As prendas se repetem: recipientes de plástico, talheres, toalhas e, às vezes, dinheiro. Nos intervalos das rodadas, anda entre as mesas conversando com as senhoras. Sabe o nome de quase todas. Na próxima eleição, é candidato certo à Câmara de Vereadores de Florianópolis pelo Partido Progressista e diz que não quer misturar a candidatura com as atividades do Centro Comunitário. Entretanto, entende que é um nome forte e que a própria imersão no universo de bingos beneficentes facilita. “Elas vêm pra jogar porque não têm muito o que fazer. Além disso, as amigas delas estão todas aqui. Mas tenho meus receios, porque a gente vê que é vicioso”. Ainda que seja viciante, Vera Lúcia da Silva, de 51 anos, que também marca suas cartelinhas por toda a cidade, lembra que suas amigas são todas dos salões. “Pra quem é aposentado, vir ao bingo é viver. Minha mãe, de 75 anos, se não viesse às vezes pra ver as amigas e conversar, nem sei se estaria viva ainda”.

Filipe Speck

Falta de fiscalização compromete idoneidade de bingos

Os bingos costumam levantar suspeitas. A facilidade de arrecadar recursos com a venda de cartelas faz com que muita gente se aproveite da atividade para enriquecer. As grandes casas de bingo, por exemplo, sustentavam campanhas políticas e outras medidas de ordem privada. Mas é preciso deixar claro que nenhum jogo de azar é ilegal. A exploração de qualquer atividade desse tipo para enriquecimento pessoal é que torna a ação ilícita. Por isso que os bingos beneficentes podem acontecer regularmente, desde que fique comprovado que a arrecadação se destina à filantropia. O problema é que, como não há fiscalização, apenas uma denúncia pode fazer com que haja investigação sobre o uso do dinheiro.

A história por trás do imbróglio dos bingos é antiga. Até meados da década de 70, os jogos de azar eram considerados uma contravenção penal. Com a Lei Pelé, promulgada em 1998, obteve-se a regulamentação para que as casas funcionassem, desde que os fundos arrecadados fossem destinados à prática desportiva e ao Comitê Olímpico Nacional. Para essa captação, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (Fundesp) e se resolveu o impasse quanto à legalização dos jogos. Com o tempo, os deputados perceberam que a lei não evitava o desvio de dinheiro. Assim, em 2005, propuseram uma Emenda Constitucional que estabeleceu alterações no sistema de fiscalização. Desde então, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre o sistema de sorteios e jogos lotéricos. Em Santa Catarina, as casas de bingos estão fechadas desde 2005. (F. S.)

Grande parte das prendas sorteadas nos bingos são trazidas pelos próprios participantes do jogo



Talento que vale ouro

Gogó refinado encanta e faz criadores pagarem mais de R\$ 20 mil por pequenos cantores, que recebem tratamento *vip* e têm até quarto de hotel exclusivo

Popó é uma celebridade. Recebe tratamento *vip*, viaja por todo o Brasil, é capa de jornal, faz pose para fotos, dá entrevistas, chegou inclusive a participar de um documentário feito pela TV italiana RAI. Sua saúde está sempre sob monitoração. Ele segue uma dieta balanceada, fundamental para a manutenção do seu peso corporal de aproximadamente 30 gramas, e faz exames de rotina a cada seis meses. Preparação digna de um campeão - Popó já ganhou duas vezes o campeonato nacional de canto, na modalidade Fibra, sendo o único catarinense a conquistar tantas vitórias. Com pompa de rei e vários títulos no currículo, o grande Popó nem parece ser, apenas, um pequeno curió.

Além do condicionamento, o bom rendimento da ave nas competições depende dos cuidados e regalias dadas pelo proprietário Álbio Simador Rosa. Quando eles participam de um campeonato em outra cidade, Álbio reserva um quarto de hotel exclusivo para Popó. Em uma viagem a Brasília, como a umidade do ar na cidade estava muito baixa, o zeloso proprietário comprou um umidificador de ar para o curió sentir-se mais confortável. A justificativa de Álbio para tantas mordomias é que a rotina do pássaro deve sofrer o menor número de alterações possíveis, pois qualquer mudança de hábito pode prejudicar o desempenho do curió no campeonato de canto. "O Popó precisa ficar sozinho em um quarto de hotel porque ele tem o horário que ele gosta de dormir, e se tem mais pessoas no quarto, acaba atrapalhando a rotina dele", justifica.

Álbio é criador amador e há 7 anos está com Popó, seu único pássaro. Para ele, esse é o segredo do sucesso. "Quando criamos vários pássaros a nossa atenção fica mais dispersa, quando criamos um único pássaro a nossa atenção fica totalmente voltada para ele, daí temos um foco, um objetivo", avalia. O criador faz questão de ressaltar o amor que tem por Popó. Álbio garante já ter recebido ofertas de até R\$ 200 mil pelo curió, mas para ele a pequena ave não tem preço. "Um tempo atrás, um empresário perguntou quanto eu queria pelo Popó. Eu disse que eu só venderia se em troca ele me desse o filho dele. O empresário me olhou com uma expressão de quem não estava entendendo muito bem e eu concluí que aquele era o preço do Popó, o de um filho, ou seja, não tem preço".

Se para Álbio criar curió é um *hobby*, outros criadores

fazem disso uma profissão. É o caso de Ley Hamilton da Silva Filho, que trabalha com o comércio de curiós há mais de oito anos.

A fachada do seu criadouro parece com a de uma moderna residência recém construída. Dois andares, paredes brancas, sacada completamente fechada com vidros de isolamento acústico. Após subir a escada que dá acesso à porta de entrada, a primeira coisa que chama a atenção de qualquer visitante do estabelecimento é a música. Bandas como Charlie Brown Jr., Skank e GPM 22 fazem parte da trilha sonora do local. O aparelho de som fica ligado das 4h às 20h sem parar, em uma das principais rádios da cidade.

Os vidros da sacada servem para isolar o barulho da rua e a música para ajudar a anular os sons externos, além de estimular os pássaros a cantar. Ao mesmo tempo que se escuta a rádio, escuta-se também um canto constante de curió. Esse som vem de um segundo aparelho, que toca um CD com o canto Florianópolis, para os filhotes aprenderem a cantar esse canto específico desde cedo.

O ambiente é iluminado por bioluz, um tipo de lâmpada que substitui a luz solar. Um moderno ar condicionado é responsável pela ventilação e, durante o inverno e o verão, ele permanece ligado com a temperatura no nível quente. "A temperatura aqui dentro precisa estar sempre quente para evitar que os pássaros adoecem", explica Ley. A alimentação das aves também é controlada: cada gaiola dispõe de três recipientes, onde são colocadas água, ração balanceada e areia especial para facilitar a digestão. Além disso, duas vezes ao dia os curiós recebem uma papa industrializada misturada com ovo cozido.

No criadouro, as fêmeas ficam separadas dos machos. Cada uma dá à luz de 3 a 4 vezes por ano e bota 2 ou 3 ovos por vez, isto é, podem nascer até 12 filhotes por curió. Para saber qual o período fértil de cada fêmea, Ley fica muito atento ao comportamento dos pássaros. "Eu sei que elas estão prontas para o cruzamento quando eu entro no criadouro e, assim que me enxergam, elas já se abaixam e levantam o rabinho. Esse é o sinal de que elas estão no cio. É como se elas me associassem ao macho. Daí eu vou lá, pego a gaiola do macho e trago para a fêmea", diz. O criador conta que esse hábito das curiós deve-se ao fato de que é sempre ele quem leva o macho para as fêmeas. Já houve um episódio

em que Ley estava viajando no período fértil das aves e "a funcionária que trabalha aqui teve dificuldades para identificar o momento certo do acasalamento, foi complicado, acabou que teve ovo sendo chocado sem ter gala", conta ele.

Após alguns meses no criadouro, os pássaros são levados para o aviário onde são comercializados. Na hora da venda é fundamental saber o sexo do curió. Então, eles são submetidos a testes de DNA, já que apenas os machos cantam e isso faz com que o seu valor no mercado seja mais alto do que o das fêmeas. Os preços variam entre R\$ 500 e R\$ 20 mil, mas tudo depende da qualidade do canto, que pode tornar esse valor ainda mais alto. Além disso, o valor de cada pássaro também depende do amor que cada criador, amador ou profissional, sente pelo pequeno curió.

Canta aqui, canta acolá

Os curiós, por instinto, cantam para atrair as fêmeas e demarcar seu território. O canto varia de acordo com a região da qual ele é nativo, ou seja, entre os curiós também existem os dialetos. Os pássaros herdaram do pai e da mãe o timbre da voz e a valentia para cantarem mais alto, mais forte e por mais tempo, mas as notas e a melodia são aprendidas pelos filhotes ao ouvir, desde pequeninos, o canto do pai. Há quem diga que o aprendizado começa ainda no ovo.

Os pássaros nativos de Florianópolis têm um canto bastante peculiar. Dentre as características, duas merecem destaque. Uma delas é o que os criadores chamam de alteada de canto, um assvio em que o curió repete duas notas que mais ou menos se parecem com um 'tiui-tiui', algo único entre os cantos das demais regiões brasileiras. A outra característica é o arremate, popularmente chamado de pandeirinho, que pode ser traduzido como três assvios bem rápidos e curtos, com os quais o passarinho encerra o canto com um 'qui-qui-qui'. Esse conjunto de notas é o que caracteriza

o canto batizado como Florianópolis. Ley orgulha-se em dizer que todos os curiós vendidos em seu aviário cantam o Florianópolis. "Faço isso para valorizar a nossa cultura, porque se a gente não fizer, quem vai fazer?"

Daniele Carvalho

“Um empresário perguntou quanto eu queria pelo Popó, eu disse que só vendia em troca do filho dele. Esse é o preço do Popó para mim”

Álbio Simador Rosa, criador de Popó, o curió campeão



A coleção de curiós do criadouro de Ley, onde os pássaros são preparados para cantar desde que nascem e Seu Álbio admirando o pequeno campeão, Popó, a ave com quem brinca e a quem chama de filho

ZERO